



**Rede
Rural**
Nacional

2020

em Rede ¹⁰

Revista da Rede Rural Nacional

WWW.REDERURAL.PT

INOVAÇÃO TERRITORIAL EM ESPAÇOS RURAIS





Vivemos tempos de transição em que as mudanças ocorrem a ritmos alucinantes. Tempos de globalização que facilita a transformação de epidemias em pandemias, mas também facilita o alargamento dos espaços de diálogo e de partilha de informação e de procura de soluções.

Nesta transição, um dos desafios mais importantes é a questão alimentar. Como produzir alimentos de forma sustentável, com qualidade nutritiva e organoléptica, acessíveis a toda a população de modo a permitir, ao mesmo tempo, um justo rendimento para os produtores.

Questionar o sistema alimentar global, assente em mercados internacionais com elevada pegada ecológica e assente em sistemas de transportes altamente poluidores, é uma emergência.

A Rede Rural Nacional (RRN) tem vindo a contribuir para este debate, nas diversas iniciativas que organiza ou participa, nas publicações que edita, como é disso exemplo a revista EmRede.

Contribuir para criação de sistemas alimentares territoriais sustentáveis que permitam relocalizar a produção agrícola, aproximar produtores de consumidores, incentivar o recurso a modos de produção que permitam contribuir para melhorar a saúde das populações e do ambiente, têm sido amplamente discutidos pela RRN.

Estes temas, em consonância com as políticas do Ministério da Agricultura, estão enquadrados em vários projetos em que a RRN participa ou promove. São disso exemplo o trabalho desenvolvido no âmbito da Dieta Mediterrânica, dos circuitos curtos de produtos agroalimentares, da colaboração em diversos Centros de Competências, da dinamização das medidas do PDR2020 para a inovação e da articulação com redes europeias para a inovação.

Outra das abordagens não menos importante é a contribuição para a coesão territorial. Neste âmbito a RRN tem acompanhado a implementação da abordagem LEADER em Portugal, projetos do PDR2020 para combater o despovoamento e a desertificação, e dinamizou diversos grupos de trabalho temáticos que envolveram a participação de cerca de 250 pessoas para, em conjunto, identificar estrangulamentos ao desenvolvimento dos territórios rurais e apresentar planos de ação definidos em processo participativo com apoio técnico de peritos convidados.

Em todas estas dimensões a inovação surge como fator de desenvolvimento. Conseguiu-se através dos Grupos Operacionais fazer grandes avanços ao nível da inovação setorial, nos produtos e nos processos de fabrico. Verifica-se que falta aprofundar uma outra dimensão da inovação, a dimensão territorial e organizacional, muitas vezes ignorada, mas fundamental para o desenvolvimento dos territórios rurais.

Importa referir, a este propósito, o conceito de inovação trazido a esta edição da EmRede no artigo de Artur Rosa Pires: "O conceito de inovação, hoje, vai para além da dimensão tecnológica e da vertente empresarial e, complementarmente, as iniciativas inovadoras apoiam-se não apenas em ciência e tecnologia mas numa diversidade de recursos (entre os quais os recursos territoriais) e de formas de conhecimento (entre os quais os conhecimentos vivenciais)".

O reconhecimento do valor dos recursos dos territórios rurais e das suas potencialidades para a resolução de problemas concretos que se colocam às sociedades contemporâneas, conduzem-nos necessariamente a processos de capacitação e de procura de bem-estar para as populações residentes nos meios rurais.

Como bem defende Artur Rosa Pires, o desafio é conjugar o conhecimento das diferentes fontes, endógenas e exógenas, através de um debate aberto e estruturado que tenha em conta as especificidades locais e as suas relações com o global.

"Estaremos a fazer inovação territorial se nos soubermos preparar, organizar e passar à ação para que os desenvolvimentos futuros não sejam uma mera continuidade dos que ocorreram no passado!", remata Artur Rosa Pires.

Esperamos com esta edição da revista EmRede contribuir para aprofundar a reflexão sobre esta temática, quer através dos artigos científicos e de opinião nela publicados, quer pelas reportagens sobre iniciativas relevantes neste domínio que estão em curso nas diversas regiões do nosso país.

Maria Custódia Correia

Coordenadora Nacional da Rede Rural Nacional
Chefe de Divisão de Diversificação das Atividades Agrícolas, Formação e Associativismo/DGADR



**Rede
Rural
Nacional**

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores e não refletem necessariamente a opinião da rede Rural Nacional e do Conselho Editorial desta revista.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

EM REDE,
Revista da Rede Rural Nacional

PROPRIEDADE

DGADR/Rede Rural Nacional

EDITOR

DGADR/Rede Rural Nacional

CONSELHO EDITORIAL

DGADR/UC-ETA da Rede Rural Nacional (Francisco Mendes, Guilherme Lewes, Maria Carmo Bica, Maria Custódia Correia); DRAP Norte – Ponto Focal da RRN (Donzília Marques); DRAP Centro – Ponto Focal da RRN (Celso Lopes); DRAPLVT – Ponto Focal da RRN (Ana Alberty); DRAP Alentejo – Ponto Focal da RRN (Anabela Mariz); DRAP Algarve – Ponto Focal da RRN (João Cassinello); SRAP da R.A. da Madeira – Ponto Focal da RNN (Graça Mateus); DRDR da R.A. dos Açores – Ponto Focal da RNN (Maria José Aranda e Silva)

REDAÇÃO

Maria do Carmo Bica, Guilherme Lewes, Francisco Mendes, Celso Lopes, Maria José Aranda da Silva, João Cassinello e autores dos artigos assinados.

FOTOGRAFIAS

Arouca Geopark, Câmara Municipal de Mafra, Francisco Mendes (RRN), Direção Regional de Agricultura - Governo Regional da Madeira; Direção Regional da Agricultura - Governo Regional dos Açores, ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Regional Integrado das Terras de Santa Maria, Rede Rural Nacional.

DESIGN

Conceição Matos
NewsEngage, Média, Conteúdos e Comunidades, S.A.

IMPRESSÃO

RPO - Produção Gráfica, LDA.

DISTRIBUIÇÃO

Rede Rural Nacional

ISSN

2182-8172

DEPÓSITO LEGAL

3531771/12

Distribuição Gratuita

EDITORIAL

MARIA CUSTÓDIA CORREIA

ENQUADRAMENTO

ARTUR DA ROSA PIRES

POLÍTICAS

10 O FUTURO COMEÇA NA NOSSA TERRA

MARIA DO CÉU ALBUQUERQUE

TEMAS

12 AGROECOLOGIA COMO FATOR DE INOVAÇÃO NOS TERRITÓRIOS RURAIS

INÊS COSTA PEREIRA, SARA MAGALHÃES, CARLOTA RIBEIRO SANCHES E LEONOR R. RODRIGUES

14 SISTEMAS ALIMENTARES TERRITORIAIS E O SEU POTENCIAL DE INOVAÇÃO

MARIA JOSÉ ILHÉU

18 RESPIGANDO ENERGIA, REDUZINDO A ENTROPIA

ANTÓNIO ELOY

20 E QUANDO TODOS FORMOS EXPULSOS DAS CIDADES, PODE A CULTURA TER UM PAPEL RELEVANTE NA REINVENÇÃO DO INTERIOR DO PAÍS A PARTIR DO SEU CARÁCTER INOVADOR?

MARGARIDA MOLEIRO

23 QUEREMOS QUE A NOSSA TERRA NÃO SAIA DO MAPA

JOANA NOGUEIRA

25 INOVAÇÃO TERRITORIAL E A INCUBAÇÃO DE EMPRESAS

GUILHERME LEWES

INICIATIVAS

27 DEVOLVER A ALMA AOS TERRITÓRIOS RURAIS DA REGIÃO NORTE

30 NA BEIRA-BAIXA, UM PROJETO INOVADOR LEVA ALIMENTOS DO CAMPO AO PRATO

32 CEM SOLDOS: UMA COMUNIDADE EM ANDAMENTO

37 TERTÚLIAS DO MONTADO

40 CULATRA 2030 – COMUNIDADE ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL

44 A REDE DE INOVAÇÃO FAZ DA SIDRA FATOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA MADEIRA

50 ILHA DO CORVO: UMA TERRA A CAMINHO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

55 SITE



Artur da Rosa Pires
Universidade de Aveiro

INOVAÇÃO TERRITORIAL: CONCEITOS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA OS TERRITÓRIOS RURAIS

O tema da inovação territorial, sob diferentes designações e perspectivas, é uma dimensão com presença assegurada não só em estratégias e políticas de desenvolvimento dos territórios rurais mas também em dinâmicas espontâneas que vão fazendo o seu caminho, com maior ou menor visibilidade e reconhecimento público, em muitos desses territórios. Duas qualificações à afirmação anterior: por um lado, reconhecer a existência dessa dimensão não significa que estejamos a saber retirar todos os benefícios que dela podem ocorrer, ou até que estejamos a preparar-nos adequadamente para lhe dar o alcance e enraizamento desejável e adequado; por outro lado, enfatizar que a referência a dinâmicas espontâneas tem um significado próprio e deliberado, o de chamar a atenção para iniciativas e processos de base



local, frequentemente desencadeados por membros ou sectores da comunidade sem um enquadramento em programas formais, que tendemos a desvalorizar e/ou a fazer uma “leitura vivencial” que, de naturalmente despreziosa, não permite que se ganhe consciência da natureza e profundidade das transformações que de facto promovem e em que se apoiam - ou seja, não nos apercebemos da amplitude, do potencial de mudança e dos possíveis efeitos multiplicadores de que são portadores. A inquietação que as afirmações anteriores pretendem instalar é sobre se estaremos a desperdiçar ou a não valorizar devidamente algumas oportunidades por não prestarmos a atenção adequada a esta temática. Vale então a pena aprofundar e fundamentar as afirmações que acabámos de fazer.

Um ponto de partida que nos parece muito interessante passa por lançar o desafio de questionar: “o que é ser uma região rural no século XXI?”. Esta pergunta induz-nos quase obrigatoriamente a dedicar-lhe alguns momentos de reflexão. Dificilmente haverá respostas imediatas. Mas a resposta que construirmos terá obviamente implicações significativas, ou mesmo determinantes, para as opções que faremos sobre iniciativas, estratégias ou

políticas de desenvolvimento a adoptar para os territórios rurais. Independentemente da resposta que possamos dar, a questão introduz, por si própria, uma referência muito clara: como pensar o “local” na sua relação com o “global contemporâneo”, no quadro das singularidades dos territórios rurais? E esta perspectiva contém todo um programa de pensamento: como podem contribuir os territórios rurais para os grandes desafios sociais e/ou para as grandes tendências estruturantes da sociedade contemporânea? Que oportunidades disponibiliza a sociedade contemporânea para que os territórios rurais valorizem os seus recursos? Como se deverão organizar os territórios rurais e que condições deverão reunir para potenciar a valorização dos seus recursos dando um desejado contributo para os desafios globais e garantindo simultaneamente o desenvolvimento e bem-estar das comunidades locais?

Aqui chegados devemos sublinhar a importância do “discurso dominante” sobre o rural. Os discursos dominantes configuram, muitas vezes de forma imperceptível, todo um conjunto de ideias tidas como “naturais” sobre o conteúdo, a abrangência e os objectivos das políticas públicas. Questionar criticamente o “discurso dominante” liberta os cidadãos para a criatividade, permite re-interpretar oportunidades e desafios que se colocam a um dado território (rural), permitindo também avançar com propostas de desenvolvimento que não são uma mera extensão das tendências do passado. Este é o contexto em que importa (re)pensar a forma como os territórios e as comunidades rurais se organizam para moldar a sua relação com o exterior no quadro das formas de funcionar e dos desafios marcantes da sociedade contemporânea. Se o fizermos, não deixaremos de encontrar condicionantes fortes que exigirão formas de actuação que terão de ser sensíveis e responsivas a especificidades locais, mas encontrar-se-ão também muitas surpresas positivas – como procuraremos ilustrar neste texto.

Nesta altura importa demonstrar que as ideias que foram expostas inserem-se em correntes de opinião que vêm ganhando adesão crescente, como bem ilustra o magnífico trabalho que a OCDE tem vindo a desenvolver no âmbito do desenvolvimento rural. Nomeadamente, as Conferências que a OCDE organiza sobre Políticas de Desenvolvimento Rural têm constituído espaços de debate e divulgação de novas ideias, acompanhadas pela apresentação de documentos muito ricos em reflexão e propostas. Exemplificando, na 11.ª Conferência que decorreu em 2018, Edimburgo (<https://www.oecd.org/regional/11th-rural-development-conference.htm>), foi divulgado um documento que pretendia constituir-se com um quadro de referência para o desenvolvimento Rural (OECD, 2018) com algumas mensagens bem claras. Ainda que reconhecendo a diversidade das áreas rurais, o documento sublinha que elas constituem “lugares de oportunidade”, que os mercados globais constituem espaços de concretização do seu potencial de desenvolvimento e que as políticas de desenvolvimento rural tinham que abordar explicitamente os desafios e oportunidades do século XXI. Nesse documento consta um parágrafo que, ainda que longo, vale a pena citar pela relevância do seu conteúdo (OECD, 2018, pag. 10):

Rural regions will be central to harnessing the major global opportunities and meeting the challenges of the 21st century. Rural areas provide valuable eco-system services (e.g. purification of air and water, biodiversity, groundwater recharge,





greenhouse gas mitigation) to mitigate and adapt to climate change. New energy sources will need to be developed to meet our climate challenge, too. Productivity and innovation in food production will be needed for a growing global middle class, and raw materials will be needed to enable the next production revolution. Trade in food and agriculture, mining and resources, forestry, and tourism has always driven the prosperity of rural people; with an increasingly interconnected world, these strengths will be the basis for new products and services to generate rural prosperity and well-being.

Esta perspectiva transforma radicalmente a forma como se olha para os territórios rurais e para a política de desenvolvimento rural. Com toda a frontalidade reconhece-se que a sociedade contemporânea precisa das áreas rurais e da valorização dos recursos que nelas existem para fazer face a desafios sociais globais e responder a tendências estruturantes da sociedade. Assim, a ênfase não é posta em medidas de “compensação” e de solidariedade para com populações desfavorecidas, a ênfase é posta no reconhecimento do valor dos recursos e do contributo activo e significativo desses territórios para a resolução de problemas da sociedade contemporânea – o que não poderá ser feito sem capacitar e cuidar do bem-estar das comunidades rurais. A sociedade contemporânea também ajuda: os recentes avanços

científicos e tecnológicos em domínios como a biotecnologia e a nanotecnologia permitem redescobrir qualidades em vários dos recursos endógenos, valorizando-os através de múltiplos produtos (alimentares, nutracêuticos, cosméticos, ...), e as tecnologias de informação e comunicação permitem “ligar” cadeias de valor, de lugares remotos a mercados centrais. É assim oportuno lembrar a importância do “discurso dominante” sobre o “rural” e as suas implicações para a forma como perspectivamos as possíveis trajetórias (e políticas) de desenvolvimento dos territórios rurais. E é também oportuno recolocar a questão sobre “o que é ser uma região rural no século XX?”.

O argumento que tem vindo a ser desenvolvido conduz necessariamente às dinâmicas de inovação em áreas rurais. Tem sido gratificante verificar a forma como em muitos territórios rurais, alguns deles manifestamente remotos e de baixa densidade demográfica, se tem vindo a reivindicar o reconhecimento da capacidade de inovação das comunidades locais. A Rede Euromontana (<https://www.euromontana.org/en/>) que, como o nome indica, se debruça essencialmente sobre as áreas de montanha, é um exemplo paradigmático da afirmação fundamentada de capaci-

dade de inovação em múltiplas comunidades rurais. Tal como a Rede Europeia para o Desenvolvimento Rural (<https://enrd.ec.europa.eu/>), num âmbito geográfico mais alargado. Importa sublinhar que num passado muito recente as áreas rurais não eram (não eram mesmo!) associadas a capacidade de inovação – e essa ideia ainda persiste em muitos dos decisores públicos (e não só) com grande influência na configuração das iniciativas e estratégias de desenvolvimento em territórios rurais. Reiteramos: a abordagem crítica a “discursos dominantes” pode de facto levar a uma reinterpretção de oportunidades e desafios e permitir que, com criatividade, se perspectivem caminhos de futuro que não são uma mera extensão das tendências do passado.

Esta nova forma de encarar a capacidade de inovação das áreas rurais está também associada a mudanças nas abordagens ao conceito de inovação e aos processos conducentes a iniciativas inovadoras. O conceito de inovação, hoje, vai para além da dimensão tecnológica e da vertente empresarial e, complementarmente, as iniciativas inovadoras apoiam-se não apenas em ciência e tecnologia mas numa diversidade de recursos (entre os quais os recursos territoriais) e de formas de conhecimento (entre os quais os conhecimentos vivenciais). Este âmbito alargado do conceito de inovação, dos recursos em que se apoia e dos objectivos a que se destina, de natureza social e ecológica para além da económica, encontrou acolhimento, em termos de política pública, nas chamadas abordagens “place-based”. As ideias estruturantes destas abordagens foram muito influenciadas pelo trabalho de Fabrizio Barca, que produziu um oportuno relatório para a Comissão Europeia (Barca, 2009) que serviu de suporte à Estratégia Europa 2020 (CE, 2010) e, conseqüentemente, a inúmeras políticas de desenvolvimento da União Europeia, designadamente da Política de Coesão. Estas abordagens “baseadas no local” não são, como por vezes se pensa, exclusivamente *focadas* no local. Uma das questões fundamentais que coloca é sobre quem possui o conhecimento necessário para definir a estratégia a seguir? E conclui que esse conhecimento reside, em parte, na diversidade de agentes locais que incluem mas não se esgotam nas elites locais, em parte também na administração e decisores públicos e ainda outra parte em agentes externos, que podem trazer não só conhecimento científico relevante como também capacidade empresarial e até novos mercados (ou seja, espaços de valorização).

O desafio é portanto conjugar o conhecimento destas diferentes fontes, endógenas e exógenas, através de um debate aberto e estruturado, que assim tem em conta as especificidades do local mas também as possíveis (novas) relações com o global. Se se

conseguir concretizar este processo em áreas rurais estaremos muito provavelmente a fazer inovação territorial. Aliás, é precisamente de acordo com estes princípios que surgiu o “processo de descoberta empreendedora”, um poderoso instrumento das estratégias de investigação e inovação da política regional da União Europeia, que pretende fomentar a interacção entre empresários (locais e não locais), investigadores (muitas vezes não locais), decisores públicos (locais e não locais) e representantes da sociedade civil. A conjugação de diferentes tipos de conhecimento permite a selecção de prioridades de intervenção de forma mais criteriosa e socialmente enraizada, gerando simultaneamente oportunidades para a formação de novas alianças e redes de colaboração entre múltiplos actores diferenciados – que assim dariam suporte a iniciativas empreendedoras com base na valorização de recursos locais, apoiadas em novas cadeias de valor, conhecimentos técnicos e científicos adequados, e com uma abordagem responsiva aos recursos, necessidades e expectativas da comunidade local. Será esta uma tarefa muito complexa e de-



masiado abstracta? Não necessariamente, até porque há vários exemplos onde este processo ocorreu espontaneamente, como se verá nos próximos parágrafos.

A desmistificação da complexidade e/ou do grau de abstracção destes conceitos é muito simples de conseguir. Vejamos os exemplos dos Geoparques e tomaremos o de Arouca, de êxito reconhecido, como ilustrativo do argumento. Havia um conjunto de recursos geológicos que já existiam no local há ... 400 milhões de anos! Nunca tinham sido usados deliberadamente como factor de suporte a uma estratégia de desenvolvimento. A preocupação “global” com a preservação e valorização desses recursos, corporizada na iniciativa da UNESCO de criar a Rede Europeia de Geoparques, em 2000, estimulou a projecção de estudos científicos já existentes ou em curso sobre esses recursos. As condições de candidatura a essa Rede exigia a organização da comunidade local – investigadores que desenvolviam trabalho nessa área, uma



associação de desenvolvimento local (ADRIMAG), o município de Arouca, produtores e empresários locais criaram essa associação. A candidatura exigia também a preparação de uma estratégia com três vertentes: a preservação e valorização do património geológico e outros recursos ambientais, uma estratégia de educação para o ambiente e uma estratégia de desenvolvimento económico e social para as comunidades do parque. A Rede Europeia de Geoparques, que acumulou várias experiências, apoiou o processo e a conjugação dos diferentes saberes da comunidade local, institucionalmente reforçada, foi essencial para evidenciar o valor científico do património geológico (lá se encontram provavelmente as maiores trilobites de que há registo no mundo) e para lançar uma estratégia que tem vindo a ter sucesso e efeitos multiplicadores, como bem o comprova o sucesso dos passadiços do Paiva – que aliás reflecte a crescente procura da natureza pela sociedade contemporânea. Acresce que o Geoparque de Arouca tem sido particularmente activo na Rede de Geoparques da UNESCO, já organizou várias reuniões internacionais, recebeu um vasto número de visitantes nacionais e estrangeiros e alargou localmente as parcerias e o território da sua actuação, sendo agora uma iniciativa intermunicipal. A relação do local com o global ganhou de facto novos contornos.

O mesmo se poderia dizer do caso dos mirtilos em Sever do Vouga onde, a partir de um programa Europeu EQUAL, direccionado para grupos sociais vulneráveis, se identificou uma oportunidade de afirmação em mercados globais de uma produção então incipiente do Mirtilo. Chamaram-se parceiros (e mercados) internacionais para reforçar a capacidade técnica e empresarial, “convocaram-se” parceiros científicos, organizou-se a produção através de uma cooperativa (Mirtilusa) e os serviços de apoio (AGIM), consagrando-se uma trajectória de desenvolvimento que não só teve

um forte impacto local como se estendeu a outras regiões do país – a partir de um fruto que era praticamente inexistente mas cuja produção beneficiava das condições edafoclimáticas locais. Uma vez mais, o local, o global, os investigadores, os produtores e empresários, os decisores públicos e a comunidade local encontraram forma de se organizar e construir novas formas de relacionamento. São perfeitamente perceptíveis, nestes exemplos, alguns dos elementos estruturantes das “estratégias de especialização inteligente”, que marcam a actual política de inovação da União Europeia e que por vezes são com demasiada superficialidade desvalorizadas ou consideradas impossíveis de se concretizar.

O quadro conceptual de suporte às estratégias de especialização inteligente (RIS3) tem sido por vezes criticado por não se adequar às especificidades das áreas rurais. Várias destas críticas têm fundamento real, deve dizer-se, mas será um erro e uma injustiça focar essa dimensão sem fazer sobressair a mudança radical que foi promovida na forma de pensar os processos de valorização dos recursos dos territórios rurais. Não será demais relembrar que a inovação foi vista durante muitos anos como o produto de um acto individual, de criação destrutiva (Schumpeter, 1934), que permitia ao empreendedor (ou à empresa) uma melhor posição no mercado normalmente através de avanços tecnológicos frequentemente apoiados em processos lineares de descoberta tecnológica, prototipagem e comercialização em larga escala. A abertura conceptual da RIS3 permitiu a percepção da inovação também como

resultado de um esforço colectivo, também dirigido a necessidades sociais e ecológicas, chamando ao processo vários tipos de agentes e saberes relevantes. Há por isso todo um quadro de mudança que foi posto em marcha e cujo processo evolutivo ainda continua – sendo que o discurso dominante num passado recente, valorizando *simultaneamente* tecnologia de ponta e elevada capacidade empresarial, introduzia inevitavelmente um enviesamento territorial desfavorável às regiões rurais. Hoje, os avanços tecnológicos sendo perfeitamente compatíveis com inovação em áreas rurais, têm nelas um enquadramento bem diferente porque há já outros “discursos alternativos” que se vão gradualmente afirmando (e.g. ENRD, 2020).

Há duas notas adicionais que importa sublinhar relativamente às estratégias regionais de inovação. Uma prende-se com a necessidade de os territórios rurais terem uma participação activa na formação do discurso e das orientações sobre a política de inovação, nomeadamente para o período 2021-27 que se avizinha. Para além da validade intrínseca das dinâmicas de inovação para se construírem novas trajectórias de desenvolvimento, importa assinalar a relevância que assume em termos de afectação de recursos. Tal como Morgan (2016) assinala, o primeiro quadro comunitário de apoio da política regional, em 1989-93, atribuiu 4% do orçamento global à política de inovação. Este valor foi gradualmente aumentando, alcançando 25% no período 2007-13 (na sequência da Agenda de Lisboa) e estima-se que atinja 45% no actual período de programação financeira (2014-20) – valor que se prevê venha a ser aumentado em 2021-27. Ou seja, haverá muitos recursos afectos à política de inovação, pelo que uma eventual auto-exclusão do processo de definição dessas políticas seria naturalmente contraproducente.

Uma segunda nota assume um carácter diferente, sendo complementar à primeira. A abordagem à inovação e o quadro conceptual de suporte às políticas de inovação têm registado um processo evolutivo significativo, como anteriormente foi referido. Uma mudança marcante ocorreu muito recentemente, quando se começou a discutir a importância das estratégias de investigação e inovação orientadas por missões (e.g. Mazzucato, 2018). Em síntese, assumiu-se que a política de inovação não apenas estimula o crescimento como pode “direccionar” esse crescimento. Por outras palavras, a inovação deixa de ser um fim em si mesma (indo ao encontro de várias e pertinentes crí-



ticas nesse sentido) e passa a ser encarada como um meio para alcançar um fim, tido como desejável pela comunidade onde ela está a ser promovida. Esta é uma mudança fundamental que se enquadra na abertura conceptual acima referida. Mais, começa a ser (parcialmente) assumida pela própria Comissão Europeia quando estabelece o Pacto Ecológico como a “agenda de crescimento” da União Europeia. Ou seja, precisamos de inovação de apoio à transição para a sustentabilidade. A mensagem é clara: também a nível territorial deveremos saber para que que-

remos a inovação (para preservar e valorizar recursos ambientais ou culturais, para resolver problemas sociais, ...), o que implica ponderar e construir opções colectivas sobre a comunidade que se quer ser no futuro. As estratégias de inovação deverão ser desenhadas para servir essas opções e objectivos, ganhando por isso uma relevância directa para toda a comunidade e não apenas para

as empresas – o que coloca desafios de governança interessantíssimos, difíceis mas mobilizadores, capazes de nos fazer ganhar consciência, debater e ser criativos sobre “o que é ser uma região rural no século XXI”.

Estaremos a fazer inovação territorial se nos soubermos preparar, organizar e passar à acção para que os desenvolvimentos futuros não sejam uma mera continuidade dos que ocorreram no passado!

O autor escreve segundo o antigo Acordo Ortográfico

Barca, F. (2009) *An agenda for a reformed cohesion policy. A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*, Relatório apresentada à Comissão Europeia, a convite da Comissária Danuta Hubner, Comissão Europeia, Bruxelas.

CE (2010) *Europa 2020. Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*, Comunicação da Comissão, COM(2010) 2020 final, Comissão Europeia, Bruxelas.

ENRD (2020) *Vibrant Rural Areas: Rural Jobs (Factsheet)*, European Network for Rural Development (https://enrd.ec.europa.eu/publications/vibrant-rural-areas-rural-jobs_en)

Mazzucato, M. (2018) *Mission-Oriented Research and Innovation in the European Union. A problem-solving approach to fuel innovation-led growth*, Direcção Geral para a Investigação e Inovação, Comissão Europeia, Bruxelas.

Morgan, K. (2016) *The Public Animator: place-based innovation and the smart state*, REGIO-ERSA Joint Lecture, Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, Comissão Europeia, Bruxelas.

OCDE (2018) *RURAL 3.0. Policy Note. A framework for rural development*, Documento de apoio à realização da 11.ª Conferência sobre Desenvolvimento Rural, que decorreu em Edinburgo, de 9 a 12 Abril 2018.



Maria do Céu Albuquerque
Ministra da Agricultura

O FUTURO COMEÇA NA NOSSA TERRA

Atravessamos um período difícil e desafiante. Um período que nos convida a, sem esquecermos o percurso de crescimento que estávamos a trilhar e que pretendemos retomar, olharmos com mais atenção, para o que nos rodeia. O nosso território, é, por si só, uma oportunidade. E, dele, tantas mais (e tão diversas) surgem. Algo que também devemos, sem dúvida, a todas e a todos que, designadamente no setor agroalimentar, trabalham pelo reforço dessa riqueza, fazendo crescer possibilidades, cuidando dos projetos, semeando

novas ideias. Graças ao seu espírito empreendedor, ao seu esforço, à sua dedicação, mesmo em tempos marcados por dificuldades desconhecidas e imprevisíveis, ao nosso dispor continuam a estar produtos seguros, de qualidade, frescos. E, não menos importante, produtos únicos, que, em si, levam Portugal. É por tudo isto que queremos chegar mais longe, que queremos levar mais longe as oportunidades e, a partir delas, criar outras, criar mais, criar para todas e para todos. É aqui que entra a inovação.

Estamos em mudança. Já estávamos, é certo. Mas, hoje, vivemos essa mudança a uma velocidade diferente, mais acelerada. Tivemos de ajustar, moldar, adaptar. Tivemos de questionar, repensar, redefinir. E não tenhamos ilusões: a investigação, a tecnologia, o digital estiveram, estão e vão continuar a estar presentes, enquanto peças estruturantes de um ecossistema que é feito de todas e de todos nós. Um ecossistema em que tem de permanecer a mais natural das ligações: a ligação ao território e às pessoas. Um ecossistema em que ninguém pode ficar para trás.

O programa traçado pelo Governo espelha este ecossistema desde o primeiro momento. Falamos de quatro pilares em que também a Agricultura assenta. Vejamos: mediante uma aposta reforçada na inovação cocriada, teremos sempre em vista a busca da sustentabilidade e o uso mais eficiente dos recursos, promovendo o aumento da atratividade e da valo-

rização dos territórios, pugnando pela igualdade nos mais diversos campos e, no digital, estabelecendo uma nova forma de estar e de interagir. Parece impossível? Se alguém assim pensar, fica o desafio: aceda a www.alimentequemalimenta.pt e comprove como a teoria passou à prática. Sim, são os produtos da Agricultura nacional, os produtos endógenos, os nossos produtos à distância de um clique. Sim, é a Agricultura nacional, online e sempre com as mãos (e o coração) assentes na terra, na nossa terra.

A Agenda de Inovação, que estamos a desenhar e que vamos apresentar, surge desta certeza: o território, com as pessoas que dele fazem parte, é uma das nossas maiores oportunidades de inovação. Partimos, então, do diálogo com agricultores, produtores, empresários, parceiros, investigadores e autarcas. Nas sessões de auscultação que organizámos, apresentámos desafios, objetivos, ideias. Recebemos questões essenciais, contributos preciosos e a certeza de que vamos seguir em frente, juntos.

Ou seja, este documento, esta agenda, também em linha com os objetivos de desenvolvimento sustentável e com as políticas europeias, como a Política Agrícola Comum, o Green Deal e a estratégia "Farm to Fork", é apenas o início de um trabalho de cooperação, desenvolvido em rede, eventualmente também além-fronteiras, e com a participação de vários intervenientes. Um trabalho a partir do qual queremos construir mais conhecimento e mais inovação, procurando simplificar e aproximar, mantendo bem desperta uma ou-

tra prioridade: a democratização do acesso às soluções que queremos que estejam à disposição do setor. De todo o setor. Independentemente da idade do agricultor, do modo de produção ou da dimensão da exploração. Porquê? Porque o conhecimento ganha e gera valor à medida que mais o dominam, testam e aplicam. Permitindo uma melhor gestão e ocupação do território, contribuindo para uma maior rentabilidade da atividade, incrementando os níveis de sustentabilidade e eficiência, promovendo escolhas mais confiantes, seguras, informadas e saudáveis, esbatendo desigualdades e distâncias, o conhecimento, uma vez nas mãos de quem faz dele uma ferramenta de trabalho, vai trazer mais-valias que se vão sentir ao longo de todo o circuito: do produtor ao consumidor, do território ao produto, da administração pública às empresas e aos cidadãos.

Bem sabemos que, hoje, o futuro tem a forma de um ponto de interrogação à escala global. Contudo, não vamos esquecer: tal como todos os pontos de interrogação, também este pede uma resposta. Uma resposta global, mas para a qual todos temos de contribuir. É nisso que estamos a trabalhar. É por isso que não baixamos os braços e, em breve, vamos apresentar a Agenda de Inovação, já a pensar na retoma, mas sem menosprezar o que esta etapa nos trouxe. Tudo isto, sempre em diálogo com os agricultores e produtores, com os empresários, com os agentes do território e mantendo um olhar atento sobre o que nos rodeia e sobre as metas que traçámos: uma Agricultura ainda mais sustentável, competitiva e, claro está, inovadora. Essas metas mantêm-se. Aliás, essas metas ganharam ainda mais força. E estamos certos de que, apesar de todas as dúvidas que revestem o amanhã, é aqui, no nosso território, que cresce a maior das oportunidades para, juntos, inovarmos. É aqui, na nossa terra, que o futuro começa. Agora.





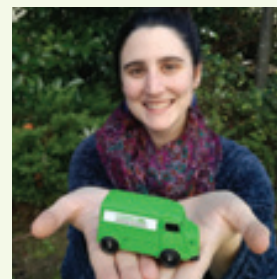
Inês Costa Pereira



Sara Magalhães



Carlota Ribeiro Sanches



Leonor R. Rodrigues

cE3c FCUL Centre for Ecology, Evolution and Environmental Changes
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

AGROECOLOGIA COMO FATOR DE INOVAÇÃO NOS TERRITÓRIOS RURAIS

Sabemos que as alterações climáticas existem. Sabemos que os recursos do planeta são finitos. Sabemos que há cada vez menos insetos a sujarem os vidros dos nossos carros. Sabemos que há muitas espécies emblemáticas em vias de extinção e outras que já se extinguíram, para além daquelas que nunca saberemos. Sabemos que fazemos parte do ecossistema Terra, que estamos a destruir.

Tudo isto é assustador. Mas seria muito mais se não houvesse soluções. Uma delas passa pela alteração dos nossos hábitos alimentares. Um consumo responsável não significa só comer menos alimentos processados, menos carne e mais produtos sazonais. Passa também por saber de onde vêm os alimentos e quais as práticas agrícolas, sociais e de distribuição que praticam os agricultores/produtores. É urgente a transição dos sistemas super-intensivos de produção agrícola, que recorrem a pesticidas e herbicidas em grandes quantidades, para

agroecossistemas onde as práticas de produção permitem preservar solos, habitats e biodiversidade. É urgente a criação e manutenção de circuitos curtos de abastecimento, que reduzem significativamente a pegada ecológica da distribuição, contribuem para o desenvolvimento local e permitem que agricultores e consumidores se conheçam e criem relações de confiança. Este processo transformativo deve ser inclusivo, agregador e holístico, baseado na aplicação de princípios ecológicos para a construção e gestão de ecossistemas sustentáveis, agregando ciência, prática e movimento social – i.e. um processo agroecológico. Assim, através do consumo diário de alimentos, podemos decidir estar mais perto (ou mais longe) dos 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. Procurando contribuir para esta alteração necessária, iniciámos, em maio 2019, um projeto participativo, a Caravana AgroEcológica (CA), com o qual procuramos estreitar as relações entre agricultores, consumidores e investigadores através da Agroecologia. A CA tem 5 objetivos: a) Fundamentar o conceito de Agroecologia através da perceção de diversos grupos de atores; b) Conhecer e partilhar experiências agroecológicas em Portugal, envolvendo todos os seus atores; c) Partilhar boas práticas; d) Co-construir linhas orientadoras e propostas para a adoção de políticas públicas de apoio à Agroecologia em Portugal; e) Fortalecer redes e comunidades de Agroecologia em Portugal.

Neste momento, trabalhamos quatro iniciativas que decorrem de forma paralela, mas integrada:

1. Os Dias Abertos de Produtores ocorrem em locais estratégicos para o processo de co-construção de saberes e onde se pretende que os agricultores deem a conhecer os seus produtos, modos de produção e distribuição. Organizam-se provas de pratos confeccionados por chefs, utilizando os produtos sazonais disponibilizados pelos agricultores e realizam-se conversas abertas, abordando temas de interesse para agricultores e consumidores.

2. Com as Hortas nas Escolas pretende-se documentar práticas de cultura e manutenção das hortas de escolas do ensino básico e secundário. Esta informação permite identificar potencialidades e constrangimentos no processo de construção deste tipo de hortas urbanas. Procuramos ainda promover as relações entre os responsáveis pelas hortas nas escolas e estreitar a sua ligação à HortaFCUL, que tem feito um louvável trabalho de acompanhamento e aconselhamento, nomeadamente abordando a importância da Agroecologia. Esta iniciativa atinge assim a comunidade escolar no seu todo, em particular os mais jovens, sementes de futuro.

4. A Caravana AgroEcológica nas rádios locais, consiste na realização de rúbricas e programas onde se abordam questões sobre agroecologia e sobre o projecto. Neste momento colaboramos com a Rádio Manobras no programa "O Som é a Enxada" com uma rúbrica mensal, com a Rádio Internacional Odemira com pequenas rúbricas semanais, e com a Rádio em Movimento Pt Online com um programa semanal, em direto, todas as quintas feiras das 18h às 18h30.

De forma a incluir a participação de todos, criámos os Amigos da CA, onde os interessados podem acompanhar e participar na sua co-construção - basta enviar um email para caravana20@fc.ul.pt.

A metodologia da CA baseia-se em dois pressupostos essenciais para a criação e propagação de inovação: esta é particularmente eficaz quando se baseia na experiência, assenta num contexto social alargado e inclui responsabilidade social; e a existência de redes é crucial para a disseminação de informação. A CA resulta da construção de processos participativos e transversais, contribuindo inerentemente para a formação de redes propagadoras de inovação. Como reconhece o Comité Económico e Social Europeu, iniciativas de cadeias de abastecimento curtas prosperam mais facilmente quando têm por base inovações sociais, organizacionais e territoriais.

Em resumo, a CA é inovadora na sua estrutura (resultando de uma co-construção desde o início), abrangência (envolvendo todos os atores, diferentes experiências e diferentes territórios) e metodologia (participada e partilhada). Gera inovação com impacto local (criando comunidades ambientalmente sustentáveis, fomentando circuitos curtos de abastecimento)



3. As Rotas da Caravana AgroEcológica (RoCA) consistem numa metodologia participativa e inovadora que resultará na realização de 4 rotas onde se visitarão experiências agroecológicas em Portugal Continental. No processo de co-construção das RoCA colaboram mulheres e homens agricultores, associações, organizações não governamentais, cooperativas, juntas de freguesia, municípios, instituições, artistas, escolas e universidades locais que constituem as Equipas das RoCA. Estas equipas encontram-se localmente e identificam experiências a visitar - já reuniram em Faro, Idanha-a-Nova, Fundão, Mértola, Montemor-o-Novo, Ponte de Lima, Torres Vedras e Viseu. Participam nas RoCA agricultores, órgãos de comunicação social, escolas, instituições políticas e não-governamentais e consumidores em geral. As RoCA abordarão de forma integrada os temas *SOLO, SEMENTES, PLANTAS, ANIMAIS, CONSUMO*, representando assim o ciclo completo dos agroecossistemas. No último dia convergirão na Herdade do Freixo do Meio e os seus participantes partilharão as experiências vividas ao longo das rotas. O objetivo desta iniciativa é *co-construir linhas orientadoras para propostas de políticas públicas de apoio à Agroecologia*, posteriormente trabalhadas a nível regional, e estreitar as relações entre as redes e comunidades de agroecologia.



e global (dinamizando redes de propagação de inovação e produzindo propostas de políticas públicas que facilitarão estas dinâmicas noutras regiões). A CA é um processo participativo, que só pode acontecer com a colaboração de todos. Juntos podemos contribuir para diminuir o impacto da agricultura nas alterações climáticas e assim preservar o nosso planeta - o único que temos. Façam parte connosco!



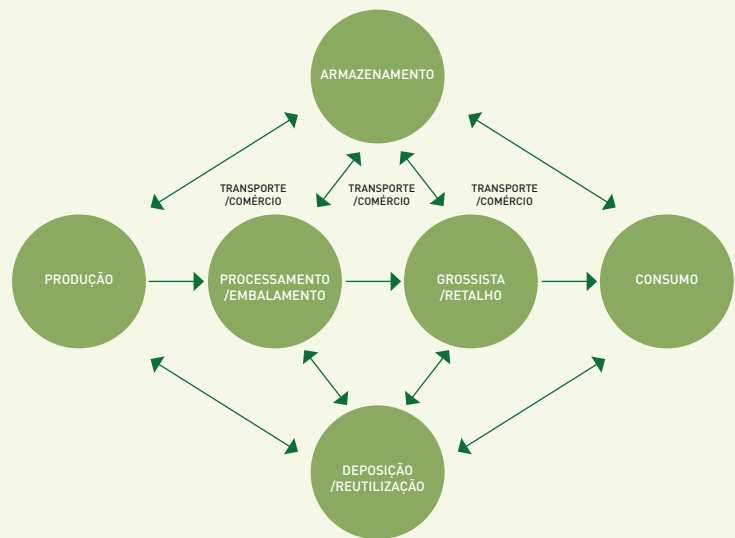
Maria José Ilhéu
DGADR - Direção Geral
de Agricultura e
Desenvolvimento Rural

SISTEMAS ALIMENTARES TERRITORIAIS E O SEU POTENCIAL DE INOVAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O sistema alimentar compreende a produção, processamento, distribuição, consumo de produtos alimentares e a gestão dos resíduos. A forma com os alimentos são produzidos, distribuídos e consumidos tem efeitos a vários níveis na segurança alimentar, bem-estar social e meio ambiente.

SISTEMA ALIMENTAR



EFEITOS DO SISTEMA ALIMENTAR

| Bem-estar Social | Segurança Alimentar | Ambiente |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Rendimentos • Emprego • Saúde • Capital social • Capital político • Ética | Utilização de alimentos Acesso a Alimentos Disponibilidade de alimentos | <ul style="list-style-type: none"> • Alterações Climáticas • Disponibilidade de água • Qualidade da água • Biodiversidade • Biogeoquímica • Degradação do solo • ... |

Adaptado de: John Ingram, What do we want from Food Systems, 2018

O modelo dominante de produção agroindustrial e de consumo de massas, construído no último século, embora tenha sido eficaz na redução do custo dos alimentos e melhoria da segurança alimentar (qualidade sanitária e acessibilidade), tem gerado uma série de externalidades negativas a nível social, económico e ambiental (Stenmark *et al.*, 2016; Leip *et al.*, 2017; Willett *et al.*, 2019; IPES-Food, 2019).

Nos últimos vinte anos, têm-se multiplicado as iniciativas orientadas pelo propósito de reduzir estes impactos negativos, recorrendo à inovação para construir alternativas ao modelo dominante, promotoras de sistemas alimentares mais sustentáveis.

Por contraposição ao sistema globalizado, caracterizado por uma abordagem centrada na economia agrícola de base setorial, fragmentação das cadeias de valor e alongamento da distância entre os locais da produção e os de consumo dos alimentos, estas iniciativas cumprem critérios de sustentabilidade a partir de uma abordagem sistémica da alimentação de âmbito territorial, coordenada por uma governança partilhada, envolvendo os atores da cadeia alimentar (Rastoin, 2015, 2016).

Na sua enorme diversidade relativamente à origem, prioridades, contexto territorial e âmbito de atuação, estas iniciativas inscrevem-se no conceito de "Sistema Alimentar Territorial". Este corresponde ao conjunto da produção/transformação/distribuição/consumo de alimentos dentro de um determinado território, cujos limites geográficos são determinados pelo consumo. É influenciado pelos hábitos alimentares, pelas políticas públicas, pelos saberes-fazeres em matéria de produção ou transformação, pelas características do território... Corresponde à forma como uma sociedade se organiza para se alimentar (Denéchère, 2007, p.20).

No sistema alimentar territorial (SAT), cruzam-se os conceitos de território e de cadeia de valor agroalimentar, pondo a tónica na maximização dos processos de integração local dessas cadeias.

A vinculação territorial das atividades agroalimentares é um elemento central no desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis. A realocação dos sistemas alimentares oferece a oportunidade de congregar diferentes interesses e níveis de atuação visando uma articulação equilibrada entre competitividade económica, dinâmica social e restrições ambientais. Este processo implica uma melhor compreensão de onde e como os alimentos são produzidos, processados, transportados, trocados, consumidos e revalorizados.

Os SAT têm origem em iniciativas levadas a cabo pelos consumidores (e.g. [Community Supported Agriculture](#) (CSA), [GASAP](#), [slow food](#)), pelos produtores (e.g. [Chambres d'agriculture de France](#); [Coldiretti](#); [Farma](#)) e por organizações da sociedade civil (e.g. [Terres en Villes](#), [Réseau Civam](#); [Nature & Progrès](#)), acompanhadas ou mesmo encorajadas pelas políticas públicas territoriais (urbanas ou regionais) e, por vezes, nacionais.

Os eixos em torno dos quais os SAT são estruturados incluem frequentemente as seguintes prioridades:

- Acessibilidade (física e económica) a uma alimentação de qualidade (sanitária, nutricional e organoléptica), que responda às necessidades e procura dos consumidores;
- Proximidade (geográfica e relacional), privilegiando os produtos com origem em cadeias de valor de proximidade e os circuitos curtos de comercialização;
- Equidade, repartindo de forma mais equilibrada o valor acrescentado ao longo da cadeia de valor, através de uma governança territorial participativa;

- Sustentabilidade, experimentando novos sistemas de produção que respeitem a saúde dos consumidores, incorporem uma boa gestão dos recursos naturais e limitem o impacto sobre o ambiente;
- Apoio à economia local, favorecendo a agricultura familiar e as redes de PME agroalimentares;
- Redução das perdas e do desperdício ao longo de toda a cadeia de valor alimentar. (Rastoin, 2016).

Estas alterações correspondem a uma reapropriação dos alimentos por parte dos consumidores, a revalorização social e económica da agricultura de pequena e média dimensão e das PME de transformação de produtos locais, da adoção de práticas produtivas mais sustentáveis e do papel crescente das políticas públicas alimentares, ambientais e sociais nestes processos.

2. BENEFÍCIOS DOS SISTEMAS ALIMENTARES TERRITORIAIS



Adaptado de: FAO, L'Approvisionnement Local Durable, 2014

A implantação de sistemas alimentares territoriais pode contribuir para alcançar objetivos nos quatro domínios identificados na figura anterior (FAO, 2014).

A melhoria do acesso da população a dietas mais saudáveis podem ainda prevenir as doenças de origem alimentar, contribuindo para a consequente redução dos custos com a saúde. Em contexto urbano, a manutenção de superfícies permeáveis e de espaços verdes (agricultura urbana e periurbana) aumenta a resiliência e adaptação às alterações climáticas, por exemplo, no combate às ilhas de calor urbanas.

3. EIXOS DE INTERVENÇÃO DOS SISTEMAS ALIMENTARES TERRITORIAIS

A informação relativa a mais de duzentas experiências de iniciativas alimentares territoriais, compiladas em Espanha e França (AOConsulting *et al.*, 2019; CERAI *et al.*, 2019; RESOLIS, 2015) permite concluir que as atividades desenvolvidas se distribuem por toda a cadeia de valor, com maior incidência nas seguintes áreas: produção agrícola (desenvolvimento da agricultura biológica, novas fileiras, estruturas de apoio à produção); comercialização (formas de comercialização inovadoras, criação de circuitos curtos); restauração coletiva; consumo (alimentação solidária, grupos de consumo); luta contra o desperdício alimentar; processamento (preparação de produtos para a restauração coletiva, transformação de produtos locais); logística (infraestruturas para concentração da oferta, plataformas eletrónicas de encomendas); nutrição (educação alimentar).

A restauração coletiva reúne consenso enquanto setor estratégico na transição para sistemas alimentares mais sustentáveis pelo papel que desempenha a vários níveis: constitui, por um lado, o lugar privilegiado de concertação de interesses dos diferentes atores da cadeia de valor e tem, por outro, efeitos importantes na dinamização e reorganização da oferta, tornando-a mais sustentável e adequada à procura, proporcionando o acesso de públicos-alvo a dietas mais saudáveis.

A UE reconhece o papel da restauração coletiva na persecução de objetivos ambientais e de promoção de uma alimentação saudável, por via, respetivamente, das orientações da DG ENV para as compras públicas ecológicas ([Critérios aplicáveis aos CPE da UE no domínio dos produtos alimentares, serviços de assistência de restauração \(catering\) e máquinas de distribuição automática](#)) e da DG SANTE para as compras públicas de promoção de uma alimentação saudável nas escolas ([Public Procurement of Food for Health](#)).

4. POLÍTICAS ALIMENTARES TERRITORIAIS

Embora os benefícios atribuídos aos SAT sejam amplamente reconhecidos, a forma como são tomadas as decisões e formuladas as políticas agrícola e alimentar, tanto a nível de cada país como a nível europeu, o baixo envolvimento dos principais atores económicos nestes sistemas e as restrições legais impostas pela contratação pública têm relativizado a extensão do movimento de territorialização dos sistemas alimentares e o papel das iniciativas e das instâncias de decisão de âmbito regional local.

As políticas agrícolas do pós guerra foram dominadas pela procura da autossuficiência alimentar. Esta orientação é reafirmada na Política Agrícola Comum, criada em 1962, e centrada exclusivamente na gestão política da oferta dos principais setores da produção agrícola.



A medida de apoio à criação e desenvolvimento de cadeias de abastecimento curtas e aos mercados locais, introduzida 50 anos depois pelo Regulamento (UE) n.º 1305/2013, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo FEADER (UE, 2013), mantém esta perspetiva, visando prioritariamente o *aumento da competitividade dos produtores primários mediante a sua melhor integração na cadeia agroalimentar* (alínea a) do n.º 3 do art. 5.º).

Por seu lado, a política alimentar europeia, atribuída à DG SANTE, tem a sua génese na definição do quadro legal relativo à segurança sanitária dos alimentos (CE, 2002), em resposta às crises alimentares dos anos 90 (e.g. BSE), a que se associou posteriormente a política de nutrição, orientada para a prevenção da obesidade e das doenças crónicas ligadas à alimentação (CE, 2005, 2007) e, mais recentemente, a destinada a reduzir o desperdício alimentar (CE, 2015; UE 2018)¹.

A falta de transversalidade entre as políticas agrícola e alimentar a nível europeu tem impedido o desenho de políticas coerentes dirigidas à cadeia agroalimentar, particularmente as de base territorial.

A Estratégia *Farm to Fork*, recentemente aprovada pela Comissão Europeia, enuncia a alteração deste paradigma, ao reconhecer que o objetivo da “alimentação sustentável” passa pela intervenção na cadeia de valor do sistema alimentar.

O estímulo ao desenvolvimento de SAT tem sido fomentado sobretudo no quadro de políticas alimentares levadas a cabo por



idades/áreas metropolitanas e regiões², e adotados como instrumentos estratégicos na prossecução de objetivos de sustentabilidade. A publicação *Sistemas Alimentarios Territorializados - Recopilación de experiencias de veintidós proyectos en Francia y en España para guiar la transición* (Fundación Daniel y Nina Carasso, 2019) dá a conhecer algumas experiências em curso em Espanha e França.

França estabeleceu na última década o quadro legal e os instrumentos de apoio para a implementação de uma política alimentar territorial.

O Programa Nacional para a Alimentação (PNA), criado pela Lei de Modernização da agricultura e da pesca de 2010, lançou as bases que permitem articular as prioridades políticas nacionais e as dinâmicas locais, a agricultura e a alimentação. O PNA foi reajustado em 2013, no sentido de clarificar os respetivos eixos de intervenção prioritários e enfatizar a vinculação territorial da política alimentar.

No ano seguinte, os Projetos Alimentares Territoriais (PAT) são inscritos na "[Loi d'Avenir pour l'Alimentation, l'Agriculture et la Forêt du 13 octobre 2014](#)", (Art.1; Art.39), reafirmando a importância da abordagem territorial na definição da política nacional de alimentação³.

Os PAT constuem um modelo de intervenção que agrega um conjunto de iniciativas coordenadas no quadro de uma estratégia territorial global e transversal, visando estruturar a economia

agroalimentar, através da aproximação entre os atores implicados nesse sistema e promover uma alimentação local, sustentável e de qualidade.

Os PAT figuraram entre as medidas enquadradas no [Programa Nacional para a Alimentação 2014-2017](#) com o objetivo de congregar esforços em torno de um projeto estruturante comum, que responda às expectativas dos atores do território, numa lógica de valorização das produções locais, de realocação da alimentação e da criação de laços sociais com base na alimentação.

A sua elaboração envolve a iniciativa concertada dos atores do território, através de um contrato de parceria, a realização de um diagnóstico partilhado da situação da agricultura e da alimentação no território e a definição de um plano de ação para a realização do projeto. Esta orientação estratégica é reforçada no [Programa Nacional para a Alimentação 2019-2023](#), que se encontra estruturado em três eixos temáticos - Justiça Social, Combate ao Desperdício Alimentar, Educação Alimentar - e dois eixos transversais - Projetos Alimentares Territoriais, Restauração Coletiva.

Em 2017, foi criada a marca coletiva "Projet Alimentaire Territorial", atribuída pelo Ministério da Agricultura a projetos que atingem uma fase avançada de consolidação⁴.

NOTAS

1. Direção-Geral responsável por liderar a nova estratégia 'Farm to Fork' para uma alimentação sustentável, que cobrirá todas as etapas da cadeia alimentar, desde a produção até ao consumo.
2. Algumas delas no âmbito de projetos Interreg, Urban/Urbanat, Equal e Leader.
3. Esta política foi acompanhada pela "[Déclaration de Rennes: Pour des systèmes alimentaires territorialisés](#)", de 2014, subscrita pelas Regiões de França.
4. A informação sobre os PAT encontra-se disponível em: [Réseau National des Projets Alimentaires Territoriaux](#).

REFERÊNCIAS

- AOConsulting; Montpellier SupAgro; CERAI. (2019). *Sistemas Alimentarios Territorializados - Recopilación de experiencias de veintidós proyectos en Francia y en España para guiar la transición*. AOConsulting et al., 2019.
- AOConsulting; Montpellier SupAgro; CERAI. (2019). *Sistemas Alimentarios Territorializados. Fichas detalladas de cada proyecto*. Fundación Daniel y Nina Carasso.
- CE. (2002). Regulamento (CE) N.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios.
- CE. (2005). *Promoção de regimes alimentares saudáveis e da atividade física: uma dimensão europeia para a prevenção do excesso de peso, da obesidade e das doenças crónicas*. COM(2005) 637 final.
- CE. (2007). *A Strategy for Europe on Nutrition, Overweight and Obesity related health issues*. COM(2007) 279 final.
- CE. (2015). *Fechar o ciclo - plano de ação da UE para a economia circular*. COM(2015) 614 final.
- CERAI, FACM, Mensa Cívica, RESOLIS. (2019). *Sistemas Alimentarios Territorializados en España: 100 iniciativas locales para una alimentación responsable y sostenible*. CERAI.
- Denéchère, F. (2007). *Repères pour une approche économique des circuits courts dans leur territoire: Concepts et méthodes pour leur compréhension et évaluation*. AgroCampus Rennes.
- FAO. (2014). *Approvisionnement Local Durable*.
- IPES-Food. (2019). *Towards a common food policy for the European Union*. International Panel of Experts on Sustainable Food Systems.
- Leip A, Kugelberg S, Bodirsky B. (2017). *Europe's agri-food system and its consequences on environment and human health*. European Commission, Joint Research Centre.
- Rastoin J.L. (2014). *Les systèmes alimentaires territorialisés : quelle contribution à la sécurité alimentaire? Introduction à la journée de l'académie d'agriculture de France du 22/01/14*. Académie d'Agriculture de France.
- Rastoin J.L. (2015). *Les Systèmes Alimentaires Territorialisés: le cadre conceptuel*. *Journal Resolis* (4), 11-13.
- Rastoin J.L. (2016). *Los sistemas alimentarios territorializados: desafíos y estrategia de desarrollo. Sistemas Alimentarios territorializados en Costa Rica*. *Journal Resolis* (10), 12-15.
- RESOLIS. (2015). *Systèmes alimentaires territorialisés en France: 100 initiatives locales pour une alimentation responsable et durable*. *Journal Resolis* (4)
- Stenmarck Å, Jensen C, Quested T, Moates G. (2016). *Estimates of European food waste levels*. FUSIONS Project.
- UE. (2013). Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).
- UE. (2018). Diretiva (UE) 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que altera a Diretiva 2008/98/CE relativa aos resíduos.
- Willlett W, et al. (2019). *Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems*. Lancet.



António Eloy*

Coordenador do Observatório Ibérico Energia e membro da Cooperativa Coopérnico

RESPIGANDO ENERGIA, REDUZINDO A ENTROPIA

1 - A expressão “transição energética” entrou de supetão no nosso vocabulário, referia em Dezembro de 2018, Eduardo de Oliveira Fernandes, um dos nossos expoentes da relação energia e ambiente na lógica da sustentabilidade, termo esse cunhado cerca de 30 anos antes, na senda do relatório Bruntland (1987) para um desenvolvimento sustentável.

As palavras têm o poder de nos trazer para outras realidades, desde logo novas formas de pensar, mas infelizmente não produzem realidade, muitas vezes até a alijam de qualquer investimento na transformação.

Somos a energia que queremos é a palavra de ordem que nos deve motivar, e é nesse entorno que podemos alterar o paradigma em que vivemos imersos.

Se procurarmos uma definição para transição energética vamos andar às aranhas, como numa teia. Eficiência, poupan-

ça, renováveis, redução da entropia, valorização de recursos, agricultura integrada ou biológica, transportes suaves, novos investimentos e concretizações tecnológicas, e mais, muito mais espírito, seja ele santo ou não e muito, muito mais que podemos encontrar para chegar a uma boa definição.

2 - Privo com Gonçalo Ribeiro Telles desde os anos 70 do século passado (dito assim parece uma eternidade) e recordo muitas conversas com ele. “Portugal não é um país florestal, Viriato não foi um lenhador” é uma das suas referências que estimo e enquadra a crítica ao desenvolvimento, primeiro do pinhal, ocupando baldios e enchendo as nossas serras e vales e expulsando para a emigração, primeiro para o Brasil, e depois a partir dos anos 50, com a invasão do eucalipto, para a Europa, o nosso mundo rural, que não são só os camponeses e pastores mas toda uma vivência que se estrutura em volta da vida rural, e no quadro do Estado Novo, como sabemos com lógicas sociais iníquas, sobretudo nas zonas de latifúndio.

Depois do 25 de Abril as alterações foram lentas, ou rápidas e mal feitas, mantendo as lógicas produtivistas. O mundo rural no Sul estava articulado, se e quando em produção de cereal com a companhia CUF e os nitratos e outros químicos, e no Norte esta tentava penetrar usando ideias de pretensão higienismo e restrições do húmus do gado e resíduos da pequena produção.

Hoje temos um país com áreas de deserto, e com áreas de despovoamento extremo, territórios que agora designamos como Territórios Rurais de Baixa Densidade, que na prática salvo a linha entre Viana e Lisboa e o litoral Algarvio, e um ou outro caso, é todo o país, interior.

Temos, portanto um país, cerca de 80% do território, onde vivem é certo menos de um quinto do portugueses, com essa designação.

3 - Por todo o nosso país, e sobretudo na imensa zona de maior ruralidade, que corresponde mais ou menos à acima temos especificidades, características locais, produtos, produções, práticas produtivas ou sociais que têm enquadramento no território e que devem ser a base do processo de transição. Integrando investimentos e tecnologias eficientes, do ponto de vista energético, e também em lógica de redução dos estrangulamentos laborais, muitas vezes associados a estas micro ou pequenas actividades e também lógicas de mercado inovadoras, que integrem a paisagem, toda ela humanizada, como valia. E claro alterações do sistema agro-pastoril, para sistemas capazes de sequestrar carbono no solo e o restaurar utilizando fertilizantes orgânicos, incrementando a biodiversidade e o metabolismo, a entropia, da terra.

A defesa, e o incentivo deste mundo, já hoje feita, seja por produtores individuais, seja por entidades sociais deve ser a base para a manutenção da vida do território.

Que obviamente se deve articular com a recuperação do valor dos recursos endógenos, oferta de informação e apoio a lógicas de conservação de energia e promoção de bem estar individual, seja no trabalho campesino (no campo!) seja nos equipamentos urbanos e domésticos, o nosso país tem níveis de iletaracia energética assustadores!

4 - Temos dois níveis de acção ou intervenção.

a) O que corresponde ao Estado, ou aos seus agentes, locais ou de coordenação regional, que é criar as condições para que se possam concretizar desenvolvimentos seja no sector das energias renováveis eólicas e solares, seja fotovoltaicas, seja térmicas, estas últimas ainda num estado incipiente, mas também pequenos aproveitamentos de recursos hídricos (que podem ser articulados com aspectos de museologização, como já realizados nalguns locais) e sobretudo pequenos digestores de biomassa rural (cereal, vinhas, azeitona, e outros) que podem influir em mudanças também nos aspectos da produção.

A economia circular (outro conceito vago, uma vez que espiralóide seria o mais correcto!) passa por aproveitamentos e reaproveitamentos de toda a biomassa.

Também no que toca à recuperação dos resíduos urbanos, nestas zonas de baixa densidade, onde os custos de transporte para aterro ou recuperação são factor de dissuasão de investimentos, utilizar novas tecnologias, envolvendo a população, para a recuperação, implicando novos postos de trabalho dignos, deve ser pensado.

b) O que corresponde à iniciativa individual ou social, que além de dever ser enquadrado por legislação facilitadora, e não enredos burocráticos como é vulgar acontecer e muitas vezes limitadores de actividades tradicionais (outro conceito com necessidade de clarificação, caso a caso) incentivadora da valorização de raças e produtos autóctenes e atenção autóctenes que dizer específico e local, por exemplo temos por todo o país casos lamentáveis de raças de animais que são "exportadas" para fora dos seus habitats naturais (vacas de montanha do norte em planícies alentejanas) que desvalorizam o produto e alteram a espe-

cificidade do mesmo, ou de plantações fora da tipologia de solo adequado, que usam artificialismos e químicos deitando a perder a valência.

A valorização e classificação de produções e produtos deve integrar também a valorização da paisagem de que estes são originários.

A organização de produtores em algum tipo de associação pode ser uma mais-valia e deve ser acarinhada.

Assim como o cooperativismo, que ainda existe nalgumas áreas agrícolas mas tem que ser reestruturado noutra lógica como temos hoje na área energética.

A facilitação de informação sobre as disponibilidades para cada um de nós poder, ou não, instalar ou ligar-se a "utensílios" fotovoltaicos ou térmicos, a preparação (por comunidades intermunicipais) de cadernos sobre o que fazer em termos de isolamento, e melhor utilização dos electrodomésticos, assim como como melhor rentabilizar o "lume" ainda hoje aquecimento em muito do mundo rural, é um básico, e um ganho enorme.

5 - De pequenino se torce o pepino. Não sei se é exactamente assim o dito popular, mas é um enorme desafio, e talvez devesse ter começado por ele. Alterar a forma como vivemos passa por darmos um passo para o faz tu mesmo, produz tu mesmo, não delegues senão o mínimo, informa-te antes de consumires, de onde, o quê, para quê. Sê dono da energia que consumes! Perguntam-me, mas isso é possível?

É, é possível. Há casos, poucos é certo, de quem tenha instalado capacidade de produção, na sua quinta, monte ou solar, ou mesmo em habitações individuais, sistemas eólicos e/ou solares que propiciam a auto-suficiência, mas também é possível fazendo-nos cooperadores da Coopérnico - <https://www.coopernico.org/>

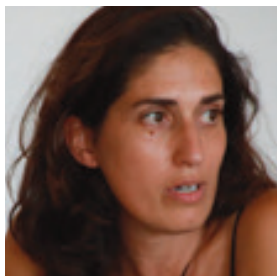
Produzimos energia renovável de forma descentralizada através do investimento dos nossos cooperadores. E somos comercializadores de energia elétrica em todo o território de Portugal Continental, sendo a única empresa do terceiro a sector a fazê-lo. Quando temos um contrato de eletricidade com a Coopérnico estamos a fazer parte de uma empresa social que tem como objetivo conseguir um preço justo e transparente para a energia que consumimos, e produzimos.

É possível darmos um passo para desligarmos dos grandes poluidores, mas esse passo deve corresponder a uma filosofia, que tem que ver com cada um.

Um por todos e todos por um, sem espadas, nem pistolas, porque o mundo é redondo e move-se, já o disse, Coopérnico.

O autor escreve segundo o antigo Acordo Ortográfico

*com um contributo de Ana Rita Antunes da Coopérnico



Margarida Moleiro

Museóloga

E QUANDO TODOS FORMOS EXPULSOS DAS CIDADES, PODE A CULTURA TER UM PAPEL RELEVANTE NA REINVENÇÃO DO INTERIOR DO PAÍS A PARTIR DO SEU CARÁCTER INOVADOR?

“Como pensar, num mundo como este, a experiência da localidade, entendendo por tal a experiência de vida num espaço e num tempo específicos, que nos pertencem e ao mesmo tempo nos transcendem?”

(Cunha, 2009, p.73)

Para o desenvolvimento deste texto, como resposta à pergunta de partida, fui obrigada a colocar novas perguntas, a observar hipóteses e a tentar imaginar caminhos de proposta que são pressupostos e que carecem de concretização mais metódica e estruturada, sendo aqui apresentados enquanto opinião.

A grande pergunta “pode a cultura ter um papel relevante na reinvenção do interior do país?”, induziu-me a responder de imediato “sim”, levada por uma vontade transcendente de uma revolução cultural, mas também me conduziu a formular outras questões:

Reinventar o interior, mas que interior? O país é diverso na sua composição territorial, o interior de Trás-os-Montes é diferente do interior alentejano. Será sempre preciso identificar de que território estamos a falar e que história e experiência já traz consigo, pois, rebuscando as palavras do professor José Reis (*Público*, 2-5-2020) “A ideia de que o território é uma variável essencial de uma boa organização colectiva sempre teve os defensores obstinados (conto-me entre eles). E estes sabem, ao contrário dos que têm respostas apressadas,



que uma visão territorial é, por natureza, multiescalar: é local, é regional, é urbana e é rural, é nacional e até pode ser transfronteiriça e, portanto, internacional.

Queremos reinventar territórios a partir da cultura: porquê? Porque escolhemos este móbil para uma reinvestida no interior? Fará sentido às comunidades que o habitam ou estaremos apenas a trabalhar numa ficção que em nada acrescenta aos da terra e que inevitavelmente será um logro?

Reinventar o interior a partir da cultura: para quê e para quem? Qual é o objectivo estratégico desta incursão? Só no quadro de uma nova lógica de desenvolvimento poderemos equacionar a presença da cultura como renovação, inovação, caso contrário, estaremos apenas a reproduzir modelos de consumo e de produção; e somos por isso obrigados a questionar-nos “reinventar o interior a partir da cultura: por quem?”

A reflexão que aqui se apresenta não se alinha com movimentos de “marketing do interior” nem se quer que sirva como pedra de toque para acções de *rebranding* das aldeias ou das vilas abandonadas ou em processo de abandono. A criação de figuras e a invenção de marcas para fazer marketing das aldeias é a ficção do exotismo do interior para a criação de clientes e essa não é a minha perspectiva de abordagem seja para as cidades seja

para as aldeias. Há um espaço que é de vida comum, que inclui os domínios do público e privado, e onde a cultura se inclui de forma sistemática, por contacto intergrupar e por necessidade de confronto, de conhecimento e de criação.

As construções neoliberalizadas da fruição pelo consumo estão manifestamente esgotadas e prova-se hoje o seu fracasso, revelado pelo esgotamento dos recursos naturais e pelo atrofiamiento das economias locais, seja da cidade ou das vilas e aldeias. O meu entendimento da presença da cultura como possível eixo de desenvolvimento não se situa no campo do sentido da promoção territorial enquanto *happening* turístico, como evento de consumo descartável. Considero esta possibilidade no campo de uma mudança concreta de modelos estruturantes que promovam o usufruto colectivo e enraizado nas especificidades de cada território e dos que o habitam, num processo lento, fora do tempo eleitoral e do imediatismo.

Recentemente António Pinto Ribeiro, no artigo “O cultural no mundo que há-de vir” (*Público*, 21-4-2020), recusando-se a fazer prognósticos para um futuro pós-covid (que ninguém consegue antecipar), dá voz a uma série de perguntas e, como conclusão, deixa apenas a grande nota sobre a necessidade da mudança de paradigma naquilo que era a produção cultural (hiperprodução) para um momento de exigência de mais tempo para a criação/produção, diminuindo os lucros e reduzindo o consumo. Interessame no artigo de Pinto Ribeiro, também, recuperar a ideia de “a política deve regressar à cultura”. Para respondermos à nossa inicial pergunta, que coloca a cultura como centro para a inovação dos territórios do interior, teremos de perceber se estariam os representantes políticos dos órgãos do poder local preparados para este “regresso à cultura”, uma vez que são muito poucos os casos onde alguma vez as suas políticas tenham feito ninho.

O entendimento do poder local sobre o estímulo para a autonomia da organização de cidadãos, em regime associativo, cooperativo ou colectivo, é muitas vezes confundido com atitudes que promovem relações de sujeição destes colectivos decorrentes do subsidiarismo discricionário.

Convém então perguntar como se faz este balizamento entre as possibilidades de acção do sector cultural e as contingências políticas, que incluem planeamento estratégico e financiamento, quando é evidente uma falta de “preparação política” para o assunto e quando se sabe que é demagógico continuar a responsabilizar o sector cultural por gastos ditos sempre como despropositados.

A assunção da cultura como direito pela Constituição da República Portuguesa, em 1976, não apagou as desigualdades existentes no país no que respeita ao acesso e à participação dos cidadãos em actividades culturais. Se em certo momento a iniciativa do associativismo (ainda antes do 25 de Abril, se tivermos em conta, por exemplo, o papel dos cineclubes) e dos municípios se demonstrou crucial para a disseminação da música, do cinema, do teatro, da leitura, neste momento esta acção revela-se, muitas vezes, falhada e a explicação pode ser encontrada no facto de não se terem observado as especificidades de cada zona. Foi a reprodução dos modelos que se revelou então pouco interessante e demonstrou a sua falência das réplicas de construção de equipamentos e de programação.

As populações do interior, ou de municípios de pequena escala populacional, mesmo que não estivessem localizados no interior, continuavam (e continuam) a preferir o êxodo para o litoral e para as grandes cidades, o que parece querer dizer que estes empreendimentos entendidos como mais-valias afinal não o eram, e estas populações, pese embora a possibilidade de ac-

a pena serem nomeados por razões diferentes dos já enunciados e por serem relevantes para o tecido local, respeitando igualmente as suas especificidades. Elenco apenas alguns casos, como a associação Umcoletivo (de Elvas), o Centro de Criatividade da Póvoa de Lanhoso, a companhia teatral Amarelo Silvestre (de Canas de Senhorim), a Associação Luzlinar (de Trancoso) e a ACERT (de Tondela). Também alguns museus comunitários e ecomuseus se poderiam incluir neste rol de acções intrínsecas à dinâmica territorial.

Dos projectos aqui apresentados como exemplo de sinergias possíveis para a mudança a partir do eixo cultural, retire-se a nota que todos são sinónimo de inovação e todos decorrem em linhas de transversalidade entre o âmbito local e o nacional, com apoios e financiamentos diversos, não dependendo apenas de um patrocinador; que todos são programas de longa duração, não confinados a um tempo eleitoral. Como ponto comum, todos importam para os lugares em que se construíram. Não são projectos de gabinete, apenas institucionais, sem relação com a comunidade; estes são projectos delineados com e por

profissionais da cultura com as comunidades locais, liderados ou apoiados por associações locais.

E voltamos de novo às questões: reinventar o interior a partir da cultura, sim, mas por quem?

Pelos vistos a revolução cultural ficou pelo caminho, tendo o interior servido, muitas vezes, apenas de receptáculo de produções e, ao nível do património, servido tão somente como montra turística, pouco relevante ou mesmo incompreensível, para os da terra. O que faltou então? Dizia já Zeca Afonso "A revolução cultural não é eu poder ir tocar a mais sítios, é eu chegar a esses sítios e en-

contrar música de lá", terá sido isso que faltou, encontrar em cada local a sua razão de ser e perceber o que fazer, como fazer e com quem. Faltou e falta ainda. Escasseiam abordagens estratégicas que coloquem a cultura como eixo exequível para um desenvolvimento sustentável de locais onde estas manifestações estejam efectivamente presentes e que sejam geradoras de conhecimento, de redes e de identidade, podendo assim, deste modo, vir a ser possível que estas zonas se assumam como polos agregadores de territórios.

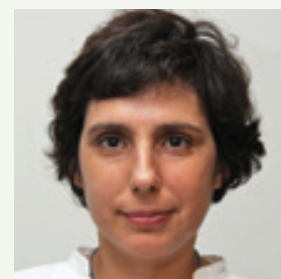
A autora escreve segundo o antigo Acordo Ortográfico



so (e gratuito, muitas vezes), continuavam a não demonstrar interesse pelas tais "práticas culturais", sendo muitas, aliás, consideradas por si até como elitistas ou intimidantes, por não serem compreendidas. Não foi a proximidade física aos equipamentos nem a injeção de financiamento em "programas de reprodução do que vinha de fora" que criaram interesse, tendo-se verificado em muitos casos o contrário.

Refiro alguns casos nacionais que poderão ser considerados como faróis para a substancialização desta ideia de trazer a cultura para o centro da criação de um programa de futuro para o interior, com mobilização de gente e de recursos diversos. O caso paradigmático de Mértola a ser observado com particular atenção por ser provavelmente o melhor exemplo nacional da reinvenção de uma pequena vila a partir da tríade ciência-cultura-património. O Festival Bons Sons, projeto que merece especial destaque por ter sido de certo modo também inovador na forma como foi criado e implementado na aldeia de Cem Soldos, em Tomar. Há pelo país outros casos que vale

CUNHA, Luís. «Terras lusitanas e gentes dos brasis: a nação e o seu retrato literário». *Revista Ciências Sociais*. vol. 40, n.º 2. Universidade Federal do Ceará, 2009, pp. 72-80.



Joana Nogueira

Escola Superior Agrária
do Instituto Politécnico
de Viana do Castelo /
Unidade de Investigação
Prometheus

QUEREMOS QUE A NOSSA TERRA NÃO SAIA DO MAPA

As aldeias do Alto Minho são espaços de vida e de trabalho de comunidades que têm teimado em resistir às dificuldades inerentes ao meio biofísico em que habitam. Mas que, à semelhança de outros territórios do interior e de zonas montanhosas, registam um declínio demográfico e um envelhecimento acentuados. A década em que vivemos tem sido desoladoramente pródiga em mostrar como o despovoamento e o abandono dos territórios rurais afeta negativamente o bem-estar, não só de quem ainda lá vive, mas de todos nós. No atual contexto de urgência demográfica e ecológica há que ensaiar novas formas de intervenção local. O projeto *Acontece in Loco* - Montanha do Alto Minho surgiu desta motivação. Envolvendo vários parceiros numa abordagem participativa, *in loco*, onde comunidade local, técnicos e investigadores se dispuseram a trabalhar lado-a-lado para pensar o futuro das aldeias, reforçando a sua sustentabilidade e o seu papel na gestão territorial de proximidade.

O caso da comunidade de Sistelo, na Serra da Peneda, é paradigmático. Onde outrora habitavam 700 pessoas, vivem hoje cerca de 200, e contam-se pelos dedos as crianças com menos de 10 anos. No entanto, Sistelo acumula distinções de carácter



ambiental, paisagístico e cultural (Reserva da Biosfera, Rede Natura 2000 e, desde 2018, Paisagem Cultural de Sistelo- Monumento Nacional). Classificações que têm por base uma paisagem de montanha moldada pela atividade agro-silvo-pastoril tradicional, e onde uma extensão singular de socalcos cultivados, as aldeias, o monte e o rio Vez formam um enquadramento cénico e um sistema agroecológico de valor ímpar. Muito recentemente houve uma forte aposta na promoção turística, geradora de uma afluência de visitantes sem paralelo na história da aldeia, trazendo esperança e novas dinâmicas, mas também novos riscos e desafios para a comunidade local. O trabalho de diagnóstico participativo envolveu *focus-group* temáticos e a realização de questionários às famílias residentes¹, visitantes e empreendimentos locais. Partilhamos aqui alguns resultados. Ao avaliar a trajetória recente de mudança, 60% das pessoas inquiridas considerou que a freguesia se tem desenvolvido muito, mas 67% considera que faltam ain-

da muitas das coisas que se querem hoje em dia. A percepção de carência acentua-se quando se especifica o grupo etário, sendo mais negativa ao focar as famílias com crianças, os jovens e os idosos. Estamos perante uma comunidade que conhece os bens, serviços e tecnologias que caracterizam a contemporaneidade urbana, e que aspira à paridade de acesso aos mesmos, identificando-a como requisito para a renovação geracional, remetendo-nos para a esfera das políticas estruturantes de ordenamento do território e para uma equidade territorial por alcançar.

Centrando a atenção na economia local torna-se evidente que, com exceção do turismo, a dinâmica económica assenta quase exclusivamente em transferências do exterior, por via de reformas ganhas em percursos de (e)migração, e dos apoios à agricultura e ao desenvolvimento rural. A menção a uma eventual redução destes apoios faz antecipar um impacto avassalador sobre a aldeia ("estas aldeias, vai tudo a zero!"). A aposta no turismo, por seu lado, agrega o apoio de 86% dos residentes, já fez ressurgir alguns serviços locais e criou emprego. Mas mais de 2/3 dos inquiridos admitiu que o turismo traz igualmente inconvenientes e problemas novos à freguesia, e que o seu impacto económico e social é ainda circunscrito.

A experiência que temos desenvolvido em Sistelo mostra que muito do trabalho *in loco* está por fazer. Há que potenciar as sinergias entre as várias atividades e funções do território e assegurar que uma parte mais substancial do valor aí gerado reverte para a comunidade local e se sustenta no tempo. Urge mobilizar o conhecimento científico e técnico necessário a uma gestão mais reflexiva e emancipadora à escala

local. Pensar um modelo de intervenção que vá para lá da duração dos projetos, que se interligue com a ação administrativa e, sobretudo, que permita tecer e robustecer permanentemente os laços de confiança, de reciprocidade e de complementaridade que vão do local ao regional, do cidadão ao Estado, e do singular ao universal. Há que projetar para o futuro os insubstituíveis saber, experiência e apego à terra com que as pessoas da montanha do Alto Minho têm construído a sua resiliência. Trabalhando *in loco* com as comunidades rurais que, como esta, querem que a sua terra não saia do mapa.

1. Questionário aplicado em 2019 a 48 das 93 famílias residentes em Sistelo, com critérios de representatividade por lugar e por tipologia do agregado familiar.



INOVAÇÃO TERRITORIAL E A INCUBAÇÃO DE EMPRESAS O PULSAR DO TERRITÓRIO

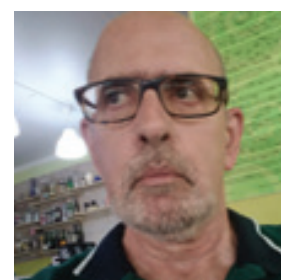
O exercício de programação 2021–2027 aponta para uma perspetiva territorial do desenvolvimento rural, cuja promoção implica a flexibilidade das políticas e uma forte capacidade de adaptação ao potencial e às necessidades de cada território. São imprescindíveis medidas que considerem o território no seu conjunto, as suas potencialidades e limitações, a atividade agrícola na sua interligação com as outras atividades e a qualidade e preservação dos ecossistemas, cruciais para o desenvolvimento das comunidades. No período 21-27, dada a abrangência e ambição dos objetivos propostos e as transições múltiplas que atravessam os territórios rurais, a inovação vai ser fundamental. A Rede Rural Nacional desempenha aqui um papel-chave na capacitação de atores e agentes rurais, respondendo às suas necessidades específicas. No atual contexto socioeconómico, a territorialidade das ações estratégicas é fundamental para assegurar um desenvolvimento espacial coeso. Desta forma, o fator território constitui uma âncora, um vetor de equilíbrio ao nível das relações, muitas vezes veiculadas por trabalho em rede, que os indivíduos e as empresas estabelecem entre si.

Para ilustrar o conceito de inovação territorial, é útil referir, como exemplo, o Programa CeNTER - Redes e Comunidades para a Inovação Territorial,¹ apoiado pelo FEDER no âmbito do PO Centro 2020.



Trata-se de um programa integrado que visa identificar as ferramentas que permitam uma melhor valorização dos recursos territoriais, a fim de promover o emprego e a qualidade de vida na Região Centro. O desígnio subjacente ao “CeNTER – Redes e Comunidades

para Inovação Territorial” é o de que as regiões são consideradas os motores de inovação, através das suas comunidades e redes locais. Em muitos casos, as atividades de inovação estão focadas em nichos concentrados no território e resultam de iniciativas em rede individuais ou de pequena dimensão (nichos sociais) em vários domínios (turismo, saúde, TIC, etc.). Estas atividades são o resultado da concentração, no espaço, de grupos de cidadãos e comunidades, que procuram novas soluções personalizadas para os problemas com os quais são confrontados.



Guilherme Lewes

DGADR - Direção-
-Geral de Agricultura
e Desenvolvimento Rural

A abordagem conceptual e analítica do presente Programa está focada em três temas principais: Território; Mediação e valorização; Emprego e qualidade de vida. O principal resultado do projeto será a apresentação de uma proposta de modelo de inovação territorial liderada pela comunidade e alimentada por meios digitais, bem como um quadro de avaliação do impacto que irá promover a criação de um Observatório para o Capital Humano e de Inovação Regional na Universidade de Aveiro.

O Programa CeNTER estrutura-se em torno de uma linha de investigação, que se encontra organizada em 5 eixos de atuação:

1. Coordenação e Gestão de Projeto
2. Modelos de Inovação Territorial liderados pela Comunidade
3. Redes e mediação na inovação territorial
4. Avaliação do impacto da inovação territorial
5. Comunicação e Disseminação

Aparecem aqui interligados no contexto territorial, conceitos e práticas como inovação, empreendedorismo, capacitação, parceria, trabalho integrado e em rede e apoio à incubação / criação e desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas.

É a isto que se chama *desenvolvimento e inovação territorial*, conceito por vezes confundido com a inovação dirigida às fileiras ou com o desenvolvimento na base da valorização dos recursos endógenos.

INCUBAÇÃO DE EMPRESAS

E porque a inovação a nível dos territórios ferve quase sempre em ambiente empresarial, torna-se vital a tarefa das incubadoras de empresas, responsáveis pela sua criação, preparação, desenvolvimento e até acompanhamento, tendo em conta os futuros desafios do mercado.

As incubadoras ou ninhos de empresas são organizações de apoio às empresas nas suas primeiras etapas de vida. Proporcionam um espaço de trabalho, assessoria empresarial, contabilística, financeira e jurídica, para além de um ambiente de partilha entre empreendedores, em troca de uma contrapartida financeira simbólica ou mesmo nula. Falar de incubadoras de empresas é falar de transformação de ideias em projetos, bem como do nascimento e capacitação de empresas embrionárias.

A incubação de empresas começou nos EUA em 1959, tendo-se expandido na década de 1980 pela Europa em diversos formatos, tais como centros de inovação, polos de pesquisa, parques tecnológicos, núcleos empresariais, etc.

A primeira incubadora em Portugal surgiu em 1987, com o objetivo de formar uma rede de apoio à criação de novas empresas (BIC - Business and Innovation Centre).

Uma das principais vantagens do apoio prestado pelas incubadoras são os seus contactos internacionais, através, nomeadamente, da Associação da rede europeia BIC² (European Business & Innovation Centre Network).

Muitos autores defendem que a solução para o desenvolvimento económico reside cada vez mais nas chamadas *Startups*³, recomendando o empreendedorismo como uma ferramenta que deve ser incentivada nos jovens, desde o ensino básico ao universitário. Ser empreendedor é apostar na inovação, na mudança e tomar a iniciativa com risco calculado. As incubadoras são espaços que incentivam este tipo de comportamento. A incubação de empresas tem um papel decisivo no ecossistema socioeconómico de uma região. Isso traduz-se em benefícios, como a criação de emprego, a comercialização de tecnologia, a diversificação da economia local, a criação e desenvolvimento de negócios, tudo isto com impacto positivo na revitalização da comunidade.

ALGUNS EXEMPLOS EM PORTUGAL

Não podíamos deixar de falar de casos concretos que existem no país, pelo que se mostram seguidamente dois dos numerosos exemplos de incubadoras, que por cá proliferam, destacando os seus projetos emblemáticos.



InovCLUSTER⁴ – Associação do Cluster Agroindustrial do Centro

Visa o aumento da competitividade dos sistemas produtivos locais e regionais e a

afirmação da Região Centro ao nível nacional e internacional. Para isso, estabelece uma plataforma de concertação entre os principais atores deste setor e apoia as empresas em processos de inovação, IDT, transferência de conhecimento, formação, desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos, marketing e internacionalização.

Como exemplo de iniciativa no domínio da qualidade agroalimentar, refere-se o *PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA FILEIRA DO QUEIJO DOP NA REGIÃO CENTRO*, em curso, com conclusão prevista para o próximo outono, e que visa apoiar os agentes da fileira na resolução dos principais estrangulamentos da cadeia de valor dos queijos tradicionais da região, desde o produtor de leite até ao consumidor, de modo a fortalecer e valorizar a fileira.



In.Cubo⁵ - Incubadora de Iniciativas Empresariais Inovadoras

Foi criada pela ACIBTM – Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho, e constitui uma aposta estratégica no empreendedorismo como domínio chave para

o desenvolvimento regional. Visa a criação de condições para o desenvolvimento de planos de negócios de empresas e para o acolhimento de projetos de I&D, designadamente de empresas de cariz tecnológico, que fomentem a inovação no seu espaço territorial de abrangência.

Destacamos no âmbito do apoio da In.Cubo, o projeto *Peneda-Gerês CompetiTUR*. Este projeto prioriza a competitividade das empresas da economia do turismo, em particular do turismo de natureza e dos municípios da região da Peneda-Gerês. Tem por base uma parceria entre a ADERE-PG (Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês), a Incubo (Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho) e o IPVC - ESDL (Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Desporto e Lazer) e é apoiado pelo NORTE 2020 - Sistema de Apoio às Ações Coletivas para Territórios de Baixa Densidade - Qualificação.

Muitos mais exemplos, em diversos formatos, existem no nosso país deste tipo de entidades, que são uma magnífica fonte de conhecimento, de empreendedorismo, de formação e orientação das organizações que fornecem vida aos nossos territórios rurais – as empresas, designadamente as micro e pequenas empresas.

1. http://center.web.ua.pt/?page_id=2901
2. <https://bic-innovation.eu/rede-europeia/>
3. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Startup>
4. <https://www.inovcluster.pt/>
5. <https://www.incubo.eu/>

DEVOLVER A ALMA AOS TERRITÓRIOS RURAIS DA REGIÃO NORTE

A inovação em abordagem territorial é, em geral, movida por um forte empreendedorismo e por uma estratégia baseada em parcerias e sinergias entre os vários “players” do território, sejam entidades públicas, empresas ou mesmo a própria população residente, com objetivo de contribuir, a uma só voz, para a resolução de um problema comunitário concreto, induzindo ao desenvolvimento socioeconómico e cultural da região. São esses os ingredientes que esperamos refletir neste artigo.

Neste caso específico, o foco da necessidade de atuação foi o isolamento, o amorfismo e a solidão vivida nas aldeias da região norte. O instrumento concebido e utilizado para dar nova vida às aldeias, aos pequenos negócios dos seus residentes e ao seu sentimento de pertença, foi o projeto “Há Festa na Aldeia” (HFA), uma iniciativa datada de 2013, promovida pela Associação de Turismo de Aldeia (ATA), em articulação com a Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria (ADRITEM), que conseguiu devolver a vida às aldeias da região, ajudando, por exemplo, o comércio local de produtos tradicionais agroalimentares e reavivando os mercados locais, saberes e tradições que estavam em risco de extinção.

As aldeias que aderiram desde 2013 a este projeto são as seguintes:

Zona de intervenção da ADRITEM – Porto Carvoeiro, Ul, Vilarinho de S. Roque e Couce;

Zona de intervenção da ADERSOUSA – Burgo, Castromil e Figueira;

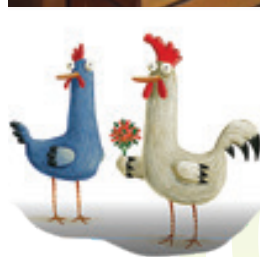
Zona de intervenção da CORANE – Rio de Onor e Paradela;

Zona de intervenção da DESTIQUE – Talhas;

Zona de intervenção da DOURO SUPERIOR – Bemposta.

Em termos de financiamento HFA, o grande “chapéu” é a iniciativa pública “Portugal Inovação Social - Parcerias para o Impacto”. O HFA assenta a sua estratégia na teoria da mudança, um processo que propõe a dinamização dos lugares através dos seus habitantes, contrariando a tendência da promoção turística desincorporada da sua gente, associações locais e municípios. Deste modo, cumpre-se o objetivo de reforçar economicamente estas regiões, promovendo o seu emprego, a sua competitividade, os seus serviços sociais e culturais, muito por via da atratividade turística e sempre com o foco na capacitação das pessoas e na valorização dos patrimónios rural, natural e paisagístico.

O ciclo de festivais apresenta, através da realização de um evento-âncora em cada aldeia, os resultados do trabalho realizado ao longo do ano.



A marca HFA mostra o que de melhor se faz nestes territórios: a descoberta do património, da gastronomia, do artesanato, das artes performativas, do folclore e da música tradicional, a provar que o que é nacional é mesmo bom. O HFA tem promovido o desenvolvimento local nas aldeias, envolvendo e comprometendo a população na estratégia da aldeia, e no trabalho em rede para troca de experiências e boas práticas, através de um conjunto de atividades de capacitação



da comunidade, de preservação dos costumes e tradições e de potenciação da economia local.

O carácter aglutinador deste projeto contribui para fazer regressar todos os anos os filhos da terra, que fazem questão em agendar as suas férias em função da programação dos eventos-âncora.

Alguns dos meios utilizados para sensibilizar e capacitar as populações são as oficinas, de carácter transversal ou específicas, estas últimas realizadas em função das características e necessidades de cada aldeia.

As oficinas transversais são:

- **“Cá se fazem, cá se compram”** – que transmite conhecimentos sobre a organização do mercado de aldeia e sobre a comercialização de proximidade de produtos agroalimentares;
- **“Ajardinar a aldeia”** – capacita os residentes sobre a forma como dar à aldeia uma imagem bonita e cuidada;
- **“Almoce e jante connosco”** – transmite a confiança e o interesse de receber à mesa e em família, turistas para uma refeição com base na gastronomia e produtos locais. A oficina permite aos anfitriões conhecerem as regras de Higiene e Segurança Alimentar, o enquadramento legal da atividade, e ainda como calcular o preço da refeição. Os anfitriões também recebem formação sobre a forma de receber, nas suas próprias residências ou em determinados locais da aldeia, os turistas que vão chegando.
- **“Memória da aldeia”** – tem por missão identificar, patrimonializar e divulgar as histórias e memórias relacionadas com a vida nas aldeias recorrendo à história oral e ao registo de coleções pessoais. Realiza-se em parceria com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, que lhe imprimiu o necessário carácter científico, essencialmente no âmbito da recolha e inventário patrimonial.

Por sua vez, as oficinas específicas são ajustadas à especificidade e identidade de cada aldeia e as suas temáticas são

variadas, tais como a música, o folclore, o teatro, ou a animação de rua.

O projeto HFA apoia-se numa metodologia de co-construção para animação de uma estratégia de desenvolvimento da aldeia a partir da dinâmica gerada por um Grupo de Trabalho, constituído pelas forças vivas do território com a participação e o comprometimento da comunidade, com base nos seguintes princípios: identidade, envolvimento, capacitação da comunidade, sentimento de pertença, sustentabilidade da iniciativa, partilha da informação e trabalho em rede.

A VOZ ÀS ASSOCIAÇÕES

Foi possível obter a opinião da ATA, da ADRITEM e da ADERSOUSA, sobre duas questões de importância essencial no quadro da sua participação no HFA:

- a coerência da abordagem do HFA com a estratégia de desenvolvimento da Associação;
- o impacto verificado no território de intervenção da Associação com a realização do HFA



Gil Bastos

Oliveira de Azeméis,
Cervejeiro artesanal

A VOZ AO MERCADOR

Desde 2017 que participa com o sócio Vítor Ferreira nos eventos-âncora HFA, em todas as aldeias.

Afirma: “Acho o HFA extremamente inovador pelo facto de trazer a metrópole às aldeias e o seu ambiente, o que acho que não acontece com a naturalidade que o HFA proporciona”.

“Individualmente, aumentei o gosto que já trazia pela ruralidade e as gentes que constroem a cultura rural. Ganhei o amor pela música de lugares que não conhecia. Ganhei amigos, ganhei festividades, ganhei um galo e ganhei cultura geral”.



Segundo Teresa Pouzada e Ana Almeida, respetivamente, Presidente da ATA e Margarida Almeida, responsável pelo departamento de Comunicação, a ATA nasceu, na prática, de um projeto de cooperação LEADER, promovido pela ADRIL, ADRIMINHO e ATAH-CA, às quais se juntaram outras cinco entidades do Norte e uma do Centro. Este projeto de cooperação visava dinamizar as aldeias, tendo sido feito um caderno de normas para o efeito. Contudo, o impacto nas comunidades não foi notável, exceto em algumas ações de valorização do património.

A estratégia foi repensada por forma a trabalhar com as próprias comunidades no sentido de as envolver no desenvolvimento sustentável do território. Esta estratégia pretende dar conteúdo às aldeias, encaixando-se na perfeição nas características e na abordagem inovadora do HFA.



Citando Teresa Pouzada, Diretora Executiva da ADRITEM, os estatutos da associação foram alterados em 2014, procurando um novo

rumo de intervenção local, com base na inovação rural e na potenciação dos recursos locais. O HFA enquadra-se inteiramente na estratégia da ADRITEM. Pelo menos nos concelhos de Sta. Maria da Feira e Oliveira de Azeméis o HFA não vai desaparecer, porque está profundamente arraigado na comunidade, sendo certo que quando a fonte de financiamento acabar, os municípios farão o impossível para tentarem eles próprios arcar com as despesas, embora isso signifique um enorme esforço financeiro.

Quanto às aldeias que não conseguiram continuar a aderir ao HFA, temos a garantia que as mesmas darão continuidade à dinâmica para a qual foram capacitadas.



José Sousa Guedes, coordenador do GAL, afirma que o HFA se encaixa perfeitamente nos objetivos estratégicos da associação: qualificar e afirmar o território e apoiar o

empreendedorismo, a criação e a expansão de micro e pequenas empresas, as atividades de proximidade, de desenvolvimento pessoal, com e para as comunidades locais.

Em termos de impacto verificado nas Terras do Sousa, o HFA, em cinco anos, em duas aldeias, Burgo e Figueira, tem alcançado resultados muito interessantes, ao ponto de, atualmente, Figueira desenvolver o Auto dos Reis Magos, que se encontrava "perdido", com base no que apreendeu com o HFA. Por seu lado, em Burgo foi possível recuperar tradições perdidas e constituir um sentido de comunidade que não existia. Estas duas experiências permitem perceber que noutros locais será possível implementar esta metodologia e que a mesma pode ter resultados positivos no desenvolvimento das comunidades.

Guilherme Lewes - DGADR/RRN | Teresa Pouzada - ATA e ADRITEM
Ana Almeida - ATA | José Sousa Guedes - ADER-SOUSA



Manuel Alberto Pereira

Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail

A VOZ AO AUTARCA

Porque resolveu participar no projeto HFA?

Este envolvimento, além de uma excelente oportunidade de aprendizagem e melhor conhecimento desta comunidade, constitui também uma honra em integrar o grupo de trabalho que é responsável pela organização de um projeto que tem sido um fator de agregação e divulgação para Ul, uma das freguesias mais típicas do concelho de Oliveira de Azeméis.

O que acha do projeto, por exemplo, do seu alegado carácter inovador?

Este projeto, apesar de ter sofrido algumas mudanças a nível das equipas responsáveis pelo seu planeamento e execução, tem seguido uma linha de coerência no que diz respeito ao modelo inovador, pois procura envolver ativamente as comunidades em torno de algo que tem a ver com a sua vida coletiva e, no que diz respeito a Ul, ajudando a aprofundar a sua identidade e também a sua promoção.

O que ganhou concretamente a União de Freguesias com a participação neste projeto?

Apesar de estar ainda numa fase de "enraizamento", atualmente há um conhecimento generalizado do projeto a nível do concelho, o que tem permitido um incremento no número de visitantes ao longo dos últimos anos, o qual se traduz em vários milhares de forasteiros, em especial na altura da realização do evento-âncora e também posteriormente, ao longo de todo o ano, pois esta iniciativa decorre no Parque Temático Molinológico, um dos locais mais aprazíveis desta freguesia e do nosso concelho.

Como foi o projeto apresentado à população?

Além dos encontros com a comunidade, onde a organização procura envolver os atores principais que são as associações sediadas nas diferentes freguesias vizinhas de Ul, é justo salientar o forte empenhamento dos meios de comunicação locais na divulgação e promoção do evento, destacando-se como os mais importantes o semanário Correio de Azeméis, a rádio Azeméis FM e a Azeméis TV.



NA BEIRA-BAIXA, UM PROJETO INOVADOR LEVA ALIMENTOS DO CAMPO AO PRATO

A chamada primeira revolução agrícola da história da humanidade, mais conhecida por Revolução Neolítica, terá acontecido entre os anos 10.000 a.C. e 8.000 a.C. em diversas regiões do Crescente Fértil, e consistiu na transição em grande escala do estilo de vida nómada de caçadores-recolectores para um agrícola e sedentário. Esta transição deve-se essencialmente ao início da domesticação para consumo humano de animais, com as cabras e as vacas em primeiro lugar, e de plantas através da criação seletiva de gramíneas como o trigo e a cevada.

Obviamente que com o aperfeiçoamento e evolução destes processos, a abundância foi permitindo a realização de trocas de produtos entre agricultores, tendo acesso assim a uma gama cada vez mais diversificada de alimentos e animais e sementes para produzirem. A venda direta de produtos locais para alimentação é uma atividade secular, se não milenar, potenciada com o surgimento de feiras ou mercados tradicionais, onde os agricultores trocavam e/ou vendiam o que produziam.

Atualmente, não restam dúvidas que a globalização da grande distribuição, aliada à alteração dos hábitos de consumo, criou um modelo de produção-distribuição-consumo concentrado em circuitos longos, fazendo com que os alimentos sejam destituídos de identidade e de valor ecológico. É obviamente discutível se este modelo serve o desenvolvimento local ou a agricultura familiar quando, segundo dados recentes da FAO, se sabe que aproximadamente 75% dos produtos que alimentam a humanidade provêm da pequena agricultura de proximidade.

Neste sentido, sentindo esta urgência de reinventar o passado, aliando tradição e inovação, requalificando e promovendo as nossas festas, feiras, romarias e festivais como espaços de valorização económica dos produtos locais, a Associação Distrital de Agricultores de Castelo Branco (ADACB) no final de 2018, decidiu implementar o projeto "Produzir no campo, vender na cidade", cujo objetivo principal consiste em combater a desertificação territorial, inovando procedimentos, sistematizando e melhorando a informação e comunicação sobre produtos, produtores, mecanismos de distribuição e espaços de comercialização.

Para este projeto de cariz regional, a ADACB decidiu unir em parceria a experiência de entidades como a Associação de Desenvolvimento Beira Serra, a Associação Florestal do Interior (AFIN), a Universidade da Beira Interior (UBI), a Santa Casa de Misericórdia do Fundão e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e apresentar uma candidatura através da Rede Rural Nacional, ao PDR 2020 (Área 4 – Observação da Agricultura e dos territórios rurais), para uma iniciativa cuja pretensão consiste em semear a esperança e ganhar espaço ao futuro, valorizando o mundo rural e em particular os que trabalham a terra. no sentido de

Para além de outras atividades, no âmbito deste projeto foram desenvolvidas oficinas de trabalho de design thinking que permitiram compreender e desenhar as necessidades de produtores e consumidores e cujas soluções encontradas oferecem ao consumidor a possibilidade de facilmente encontrarem produtos locais nos diferentes pontos de venda da sua área de localização.



Estas sessões abertas à comunidade tiveram lugar na Quinta Pedagógica da Santa Cara de Misericórdia do Fundão e na Escola Superior Agrária de Coimbra com o objetivo de identificar e sistematizar informação sobre os mercados, festas, feiras e romarias da região centro, visando facilitar a venda a preços compensatórios dos produtos agrícolas de toda a Região Centro.

Como resultado dessas sessões surge a plataforma on-line “cultivar.pt” que, numa primeira fase e num momento tão complexo como o que a sociedade mundial atravessa face à Pandemia da Covid 19, pretende ser um espaço virtual para a promoção da comercialização de produtos locais, enquanto estabelece uma ligação estreita entre produtores e consumidores.

•cultivar no Centro
produzir no campo, vender na cidade



Numa segunda fase, este espaço contemplará informação mais detalhada sobre mercados, feiras, romarias e outros certames da região centro, com identificação de produtores e produtos, integrando ainda um estudo sobre esta temática e a disseminação de boas práticas.

Sobre este projeto a ADACB defende que “em tempos tão complexos e de pandemia em que temos de ficar em casa, por nós e por todos, continuamos a necessitar de fazer compras e de garantir a nossa alimentação. E quem produz precisa de vender os seus produtos. Os produtores precisam de obter rendimentos para continuarem a sua atividade e garantirem a sua subsistência e depararam-se com mercados e espaços comerciais fechados”.

Neste sentido acrescentam que “abrimos, nesta plataforma, um mercado virtual, onde se podem comprar produtos se sem sair de casa. Este projeto verdadeiramente solidário pode, através desta plataforma, ajudar quem produz a escoar os seus produtos”.

Por fim, a ADACB estimula “toda a Região Centro e a população de cada um dos seus seis distritos a envolver-se nesta iniciativa, apoiando-a e divulgando as suas enormes potencialidades, para que ela alcance, rapidamente, os seus objetivos”, ao mesmo tempo que apela aos “agricultores e produtores locais que se inscrevam neste mercado virtual para que ele tenha uma oferta alargada e seja suficientemente atrativo para quem compra e quem vende.” Com mais esta ferramenta, o projeto “Produzir no campo, vender na cidade”, pretende assim ajudar quem produz a escoar a sua produção, promover a alavancagem das economias locais e dos circuitos curtos de compra e venda, promover os produtos locais e da época e, finalmente, estreitar realmente as relações entre consumidores e os produtores locais.

Visite, inscreva-se, participe e divulgue: cultivar.pt

Celso Reis Lopes - DRAPCentro/RRN



CEM SOLDOS: UMA COMUNIDADE EM ANDAMENTO UMA ALDEIA EM CRIAÇÃO

Todos os anos, por ocasião do mês de agosto, Cem Soldos, pequena aldeia do concelho de Tomar, ocupa páginas inteiras nos principais jornais nacionais, significativo tempo de antena nos diversos canais de televisão e ultrapassa mesmo as fronteiras de Portugal através de alguma imprensa alternativa. Um caso de estudo, sem dúvida, é a convicção com que se fica após longa conversa com a direção da Associação Local, que anualmente coordena a organização do Festival Bons Sons.

O Festival Bons Sons é o evento que projeta a aldeia. Contudo, a aldeia, a vida comunitária que continua enraizada nos habitantes de Cem Soldos constitui o âmago do festival que, mais do que um evento, é um processo de desenvolvimento local com impacto em diversas dimensões da vida da comunidade.

A ASSOCIAÇÃO E O SEU ENRAIZAMENTO NA COMUNIDADE

Miguel Atalaia, recentemente eleito presidente da associação, que conta com vários anos de intensa participação na vida associativa e comunitária, conhece bem os processos participativos, os princípios que orientam a ação da associação e aponta estratégias de desenvolvimento bem definidas.

“Nós estamos num estágio de organizar eventos, de fazer coisas, mas queremos ir além disto. Nem o festival é um ponto final de nada, nem os eventos que nós temos são pontos finais de nada na nossa ação. Temos uma visão um bocadinho mais lata que é um bocadinho mais abrangente e que tem muito em atenção aquilo que em cada momento for importante para as pessoas que estão

na aldeia. É esse olhar atento relativamente aquilo que as pessoas querem fazer, que as pessoas ambicionam que é importante nós traduzirmos em ação”, afirma Miguel Atalaia.

A ação da associação é muito abrangente, envolve muitas pessoas, muitas atividades e não é exclusiva daqueles quatro dias no ano em que decorre o festival.

Em Cem Soldos decorrem normalmente mais de quarenta eventos anuais, por vezes chegam aos cinquenta. “Não é que seja número que nós tentamos vencer a cada ano, mas que vai acontecendo e resulta de dinâmica coletiva que nasce muito aqui da associação, mas tem muitos tentáculos na aldeia e chama muita gente”.

O enraizamento comunitário de todas as ações corresponde à matriz que se mantém há muito tempo e configura a própria ação.

O facto da associação ser dirigida por jovens facilita o envolvimento e a fixação de jovens na aldeia que acabam por “dirigir uma série de trabalhos com grande liberdade de criação e serem muito apadrinhados pela comunidade”.

Por sua vez, os jovens estabelecem laços de ligação com a comunidade através de uma espécie de pedagogia de escuta na qual a “cada pessoa nos diz o que temos que lhe pedir invertendo-se completamente os papeis”, ou seja, não são os jovens que de “forma prepotente exigem o que quer que seja da aldeia mas a aldeia a dizer o que pretende dar e como pretende contribuir”. É justamente desta capacidade de escuta associada à tradição de vida comunitária que resulta o grande envolvimento de todas as pessoas da aldeia. “E por isso é que eu gosto de olhar para o festival de Bons Sons não como um ponto final, mas como um processo, e até me parece que na inexistência do festival de Bons Sons haveria outra coisa qualquer em que esta aldeia se unisse para concretizar”, afirma convictamente o presidente.

O FESTIVAL BONS SONS

O Festival Bons Sons e todas as outras realizações que decorrem ao longo do ano são resultado de trabalho voluntário de muita gente que no seu tempo livre e “nesta lógia de estarmos a construir património comum envolto em causas comuns que são a causa de existência e do surgir do próprio festival”.

O Festival nasceu em 2006, por ocasião do XXV aniversário da associação. Já atingiu a idade adulta, tem justamente 38 anos. Correu bem a primeira edição, “já havia na altura a expectativa de fazer alguma coisa que ultrapassasse um pouco os limites da aldeia e tivesse impacto significativo também na região. Até 2014 as edições eram bienais. A partir daí o festival passou a anual.

Sempre trabalhando segundo lógicas de comunidade e de voluntariado associado à música portuguesa, que é importante património. “Isto foi no início uma matriz essencial. Foi o primeiro evento que assumiu claramente a música portuguesa ser matriz. A partir daí outros festivais surgiram dentro da mesma lógica.”

“Esta lógica de voluntariado, de comunidade, de envolvimento da aldeia inteira na construção do festival continua a ser única”, considera Miguel Atalaia.

O DIA ABERTO É O MOMENTO DE PRESTAR CONTAS E PROJETAR O FUTURO

O “Dia Aberto” é outro ponto alto da vida em Cem Saldos virado para a comunidade, mas nem por isso com menor importância, que “o dia em que se apresenta o resumo de todos os eventos realizados ao longo do ano. É um momento importante em que abrimos as portas da associação e mostramos à comunidade o que se fez no ano anterior”.

Há seções que desenvolvem atividades regulares ao longo de todo o ano nas áreas culturais, desportivas, nomeadamente o canto, o teatro, ginástica, natação, judo e halterofilismo.

O teatro constitui marca identitária muito forte na aldeia.

Além das atividades culturais e desportivas referidas, há outros projetos que são estruturantes para melhorar a qualidade de vida das pessoas que ali habitam: são o projeto Escola Aldeia e o projeto Lar Aldeia.



O projeto Escola Aldeia desenvolve-se em estreita ligação com Agrupamento Escolar e a associação de pais. Tenta criar um projeto educativo alternativo que permita às crianças uma relação com a comunidade e com o meio envolvente.

O projeto Lar Aldeia visa intervir na área do envelhecimento, tentando construir “rede de apoio à terceira idade que se pautar por manter as pessoas nas suas casas o máximo tempo possível, assistidas na medida das suas necessidades. Não tem apenas lógica assistencialista às necessidades básicas, mas mais abrangente e pluridimensional, que enquadre a participação dos idosos em atividades culturais e sociais como pilares fundamentais para que as pessoas passem o tempo o melhor possível”.

“Procuramos desenvolver uma ação um pouco mais profunda que vá construindo e criando lastro e património para as próximas gerações”, afirma o presidente.

Contudo, todas as atividades decorrem segundo geometria associativa muito variável assente em base de voluntariado dirigido por jovens. “Os projetos vão acontecendo. Vamos tentando cimentá-los na medida do possível, tentando sempre chamar as melhores parcerias que consigam de alguma forma cimentar os projetos que vamos desenvolvendo e que queremos concretizar”.

O ANO EM QUE O FESTIVAL ATINGE LIMITES DE SUSTENTABILIDADE

O balanço da edição 2018 permitiu concluir que “a lógica que o festival assumiu desde sempre, que era de conforto, de acolher da melhor forma, tinha sido beliscada. Assim, em 2019 assumimos que para manter o festival temos que proporcionar forma confortável para todos aqueles que vierem”.

Durante o festival Bons Sons várias são as atividades que integram o programa. “Pensámos criar dinâmicas que permitam envolver as pessoas desde a manhã até às 5 ou 6 da manhã do dia seguinte, tendo muitas e diversas atividades para as famílias”.

A associação passou a envolver na organização do festival parcerias com entidades da região e também de todo o país, proporcionando desta forma o alargando do leque de ofertas durante o período do festival.

“Existe uma coisa muito engraçada que são os jogos do Hélder que obrigam os participantes a percorrer as ruas todas. São jogos tra-





dicionais recriados pelo Hélder, que é um criativo incrível. Tomar contacto com esse tipo de jogos é muito giro”.

Uma das parcerias é com a AEPGA - Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino que proporciona passeios de burro para as crianças. As crianças podem ainda contar com atividades musicais e dança.

Outra parceria a referir é com a “Música Portuguesa a Gostar dela Própria” com palco inteiramente entregue a este parceiro. “Muito interessante é o trabalho que o Tiago Pereira faz de recolha do cancionero etnográfico do país”, acrescenta Miguel Atalaia.

A parceria estabelecida com as “Curtas Em Flagrante” e com o projeto “Fumaça” contribuem para diversificar a tipologia de atividades oferecidas pelo Festival. Esta última é uma parceria muito recente. São jovens jornalistas, fazendo trabalho de jornalismo alternativo. O festival oferece espaços e atividades dedicadas às crianças. “Serviço que permite às famílias deixar lá as crianças durante o tempo que estão no festival”.

As “Histórias Encenadas” são uma atividade com forte participação da comunidade que se traduzem em visitas guiadas pelos jovens da associação.

O FINAL DE UM FESTIVAL É O INÍCIO DO SEGUINTE

“Cada festival é muito flexível. Cada edição é diferente da anterior. Existem diferentes coordenações para cada atividade que se articulam com a direção da associação. Há muitos contributos que não partem diretamente da direção. Há muita gente que participou em edições anteriores, com muita experiência em áreas específicas do festival, havendo sempre reuniões, contactos prévios, para que as coisas tenham fio condutor”.

O IMPACTO DO FESTIVAL NA VIDA DA COMUNIDADE LOCAL

Em Cem Soldos vivem cerca de 600 pessoas. Cerca de 300 participam em regime de voluntariado em atividades que decorrem ao longo do ano e no festival. Estes dados dão ideia clara do envolvimento da comunidade. “Metade ou mais das pessoas têm envolvimento ativo”. “Mas a outra metade, que não tem um voluntariado formal com turnos, está em casa a fazer comida para a família toda e a tratar das coisas da casa, portanto o envolvimento é grande,



podemos dizer que quase todas as pessoas se envolvem”, afirma Miguel Atalaia com brilho especial no olhar.

A Aldeia é que faz o Festival. Isso diz tudo.

Do festival resulta capitalização em termos financeiros, o que, segundo Miguel Atalaia, é importante para a realização de outros eventos ao longo do ano.

“Mas eu acho que o mais interessante tem a ver com dimensões mais intangíveis, que é uma aldeia de repente se perceber que é vista por todo o país. Nós sabemos que qualquer pessoa da aldeia chega a qualquer lado e é reconhecida, porque é de Cem Soldos e porque é do Bons Sons”, diz Miguel Atalaia com redobrado brilho no olhar.

A lógica intergeracional e o sentimento de pertença são aspetos da maior importância em Cem Soldos. “As pessoas sentem-se bem no sítio onde estão e sentem que fazem parte desse coletivo e que fazem parte dessa construção tem sido, na minha opinião, determinante”.

O ambiente comunitário que se vive em Cem Soldos “faz com que as pessoas cresçam em autoestima, se sintam bem e percebam que são uma aldeia em andamento, uma aldeia em criação. É uma aldeia que não está parada e por isso é que eu digo inicialmente que o estado em que nós estamos é um estado transitório e es-



peramos que os próximos progridam cada vez mais na lógica da comunidade, na lógica do envolvimento, na lógica de estarmos em conjunto e de criar qualquer coisa em comum. É um processo.” Há ainda a referir que “3,5 milhões de euros é o impacto que se estima do Bons Sons na região, segundo os dados de 2019. Em termos de promoção o valor chega aos 2 milhões, ou seja, se nós pagássemos toda a divulgação do Bons Sons a nível nacional e internacional, pagaríamos fatura de 2 milhões de euros. O impacto é muito significativo. Claro que o que fica aqui para a associação é uma ínfima parte do que conseguimos capitalizar”, afirma Miguel Atalia.

FIXAÇÃO DE JOVENS NA ALDEIA

Tomar, ali tão perto, constitui o polo empregador determinante para os residentes na aldeia. É questão importante para a fixação de pessoas a existência de emprego. “Na verdade, não existe lógica rural tradicional agrícola nesta região até porque são territórios de propriedades relativamente pequenas e, portanto, de agricultura de subsistência.”

A fixação de jovens na aldeia parece resultar das dinâmicas comunitárias e associativas. “A aldeia tem limite físico, havendo muita gente a querer vir morar para ela, a querer comprar casa, a querer fixar-se aqui, a querer participar na lógica daquilo que existe no projeto educativo. Sentimos que não temos capacidade de acolher toda a gente”.

Um desafio para os próximos tempos é conseguir fixar as pessoas que de facto têm interesse em viver na aldeia no respeito pela cultura existente, que contribuam para o desenvolvimento dos projetos, sem a descaracterizar. “Nós nunca seremos cidade ou vila, nem queremos ser. Mas queremos ter o número suficiente de pessoas para que os projetos sejam sustentáveis”.

É fundamental “sabermos que o limiar da sustentabilidade é muito ténue”, afirma o presidente da associação.

A ESCOLA ALDEIA

Em Cem Soldos existe escola com projeto educativo alternativo com forte enraizamento na cultura da comunidade e na preservação do ambiente, tendo-se mantido em resultado da luta da população para impedir o encerramento da sua escola.

“Eu diria que aquilo que a distingue tem a ver com o que distingue a maior parte dos projetos que promovemos. É a relação com a comunidade. É diferente estar em Cem Soldos de estar num centro escolar em que as crianças passam todo o dia, indo ao refeitório,

que é na porta ao lado e aí brincam. Aqui as crianças, que frequentam a escola, percorrem a aldeia todos os dias para irem a casa almoçar e voltam para a escola. São envolvidas em projetos que tentam fomentar a sua ligação com a comunidade”.

Muitas pessoas participam voluntariamente nos projetos escolares, como por exemplo na agricultura. Os agricultores da aldeia são convidados a desenvolver a horta com as crianças.

Outro projeto escolar de referência é ao nível da solidariedade, no qual as crianças “estão dois ou três dias em casa das pessoas a desenvolver atividades solidárias”.

A criação de um estúdio de vídeo com apoio da associação é um projeto que está a ser construído. O vídeo, no entender do presidente da associação, “é uma ferramenta de comunicação e pode fomentar de uma forma mais efetiva a comunicação e as relações com a própria aldeia”.

Nesta escola o contributo dos pais é fundamental, nomeadamente na gestão das emoções.

A fotografia e as caminhadas são também exemplos de atividades desenvolvidas com os pais que permitem “conhecer a aldeia, ver este espaço rural”.



“O objetivo fundamental é fazer com que as crianças conheçam e vivam o seu contexto e também sejam atores da própria comunidade, para que de alguma forma tenham consciência de que podem atuar, que podem agir e que podem também criar alguma coisa para o coletivo”, remata Miguel Atalia.

O LAR ALDEIA

O Lar Aldeia é um projeto que ainda está por implementar na sua plenitude. “Aquilo que temos neste momento são algumas ações muito importantes. Distribuímos refeições, temos as oficinas de costura para as idosas acima dos 70 anos, uma oficina chamada Avós e Netos. São ações pontuais dentro de uma ótica um pouco diferente”.

O Lar Aldeia será um projeto muito diferente das ofertas tradicionais para idosos. “Temos que criar rede de apoio que permita que as pessoas estejam nas suas casas o máximo de tempo possível. É o aspeto mais importante deste projeto Lar Aldeia. Mas esta rede de apoio tem que ter mais do que lógica assistencialista. “Precisamos de profissionais muito bem preparados que tenham consciência daquilo que existe na aldeia e de que forma podem colmatar as necessidades das pessoas, que não são apenas necessidades básicas. São necessidades sociais, emocionais e culturais. Pretende-se rede de apoio que permita levar cada pessoa a um evento cultural que eventualmente exista, que permita fazer com que a pessoa idosa também crie os seus próprios projetos. Não temos que o colocar apenas no papel de participante. As pessoas também podem criar os seus próprios projetos. Na verdade, temos vários exemplos na aldeia que indicam que é possível criar um serviço neste sentido”.

Esta rede que constitui o Lar Aldeia que se está a perspetivar não será voluntária, assentará numa equipa de profissionais. Para isso candidataram o projeto a fundos europeus (Parcerias de Impacto), estando a aguardar que seja aprovado.

Maria do Carmo Bica - DGADR/RRN



MARIA LUZ: DEPOIMENTO DA CIDADÃ E AUTARCA

Nasci em Abrantes, mas vim para Tomar muito pequena. De facto, vim para Cem Soldos por opção. Vim há quarenta anos, mais ou menos. Há 38 que estou aqui. Vim porque escolhi Cem Soldos, mas também porque queria, achando que o futuro era viver numa aldeia. Viver nas cidades é só para quem não pode deixar mesmo de o fazer. Viver na aldeia tem muitas valias desde que a gente tenha o bom das cidades, como bons transportes e outras vantagens.

O meu projeto de vida era muito mais intimista, mais ligado às pessoas: trabalhar, sentir os cheiros do campo, saber que posso deixar a porta aberta que ninguém lá vai roubar nada, saber que quando tinha a minha filha na escola podia esperar que alguém a fosse buscar, e que, enfim, tomaria conta dela e ma iria levar a casa, se houvesse qualquer problema, coisa que numa cidade a gente nunca pode fazer.

Cem Soldos sempre foi, mesmo quando eu era miúda, um sítio que me encantou muito, por um lado porque tínhamos uma fogueira, a fogueira do “Nata”. Portanto, as nossas tradições, o estarmos todos à volta da fogueira em comunidade desde pequenita a sentir que Cem Soldos seria o sítio onde eu gostaria de morar.

Entretanto apaixonei-me por um rapaz de Cem Soldos, não sei se foi por isso, mas a verdade é que cabei por casar com um rapaz de Cem Soldos. Mas, como estava a dizer, as pessoas de Cem Soldos têm, não é da nossa geração, é de gerações mais antigas, temos que lhes fazer justiça, são tradições, por exemplo o teatro, que é do tempo dos nossos avós. Sei que o meu sogro era um ator e se envolvia nas atividades da comunidade. A ligação ao teatro fazia-se pelo convívio com as pessoas, não era por uma questão artística. Era por felicidade. A arte pode trazer a felicidade. Juntavam-se nos celeiros, faziam festas e isso criava nos jovens espírito empreendedor. Os Bons Sons, penso que será consequência da vivência, da vontade de fazer coisas.

Nós envolvemos toda a região. Os hotéis ficam cheios e também os restaurantes e os próprios supermercados. Se tivéssemos mais 3 ou 4 eventos no concelho como os Bons Sons, Tomar dava um salto em qualidade e a nível de dinheiro, contabilizando-se em milhões.

OS DEZ PONTOS DO MANIFESTO DE BONS SONS PELA VOZ DE MIGUEL ATALAIÁ



O Bons Sons é mais do que um festival, é uma aldeia, uma aldeia em manifesto!

Basicamente o que são os 10 pontos do Manifesto? São a forma de concretizar, de estruturar o pensamento sobre a aldeia. Incide sobre muitas áreas distintas. Tem a ver com a educação, com a saúde, com o envelhecimento, com ecologia, com território, com planeamento.

Nesta coisa da construção coletiva, nós vamos criando eventos, criando projetos, agindo aqui e acolá. No momento de os escrever, às vezes demora algum tempo e nós demorámos algum tempo a fazê-lo. Esses dez pontos do Manifesto estão escritos e assim é mais fácil pegar neles e aplicá-los.

Esses dez pontos mantêm-se. Permite-nos fazer por exemplo comunicação gráfica, filmes que se inspiram naquilo que são os dez pontos do Manifesto. Permite-nos olhar de forma mais efetiva o que é a nossa Missão, como nos posicionamos perante as instituições e o território. É um Manifesto que vai sendo usado e orienta o nosso caminho nos próximos tempos.



TERTÚLIAS DO MONTADO METODOLOGIA PARTICIPATIVA E INOVADORA EM TERRAS ALENTEJANAS

O Montado constitui a paisagem mais icónica do Ribatejo e Alentejo, sendo, por um lado, um complexo ecossistema de natureza agro-silvo-pastoril, e por outro, um marco da identidade, das tradições e dos costumes enraizados com grande tradição cultural e etnológica nesses territórios.

Dada a sua importância, o Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento (MED, ex-ICAAM) da Universidade de Évora iniciou em 2016 a iniciativa "Tertúlias do Montado" com o objetivo de estreitar a relação entre a ciência focada no Montado e todos os intervenientes na gestão e utilização deste sistema.

O MÉTODO

Até ao momento decorreram 22 sessões, cerca de 6 sessões por ano. Cada Tertúlia fomenta a participação ativa dos participantes com base em metodologias participativas e facilitação profissional. O planeamento e facilitação está a cargo de M.^a Helena Guimarães, investigadora MED. O programa de cada sessão é disponibilizado on-line¹ semanas antes da data prevista. A divulgação pública permite que todos os interessados possam participar e atualmente a lista de contactos inclui 300 pessoas, desde proprietários e ges-

tores de Montado, a Organização de Produtores, Investigadores e administração pública.

As sessões, no campo ou em sala, são momentos de aprendizagem mútua, em que se estabelece um processo efetivo de diálogo construtivo. A prioridade é a disponibilização de dados científicos, informação consolidada e experiência prática. O processo é interativo, progressivo e direcionado pela decisão conjunta dos participantes. Na 1.^a sessão, em abril de 2016, os participantes criaram uma agenda de assuntos que inclui 17 temas (ex. sanidade no Montado, saúde do solo, alterações climáticas, políticas públicas). Esta agenda continua aberta à inclusão de novas temáticas e serve para nortear cada sessão. São os participantes que decidem o momento em que se deve avançar para um novo tema.

Assim, todos os temas são explorados do ponto de vista de quem vive no Montado, de quem o gere e de quem faz investigação, numa ótica de partilha diversificada de boas práticas, muitas vezes direcionadas para questões concretas e específicas, com o propósito geral de travar o declínio deste ecossistema e o seu gradual abandono por parte dos produtores.



PONTOS DE VISTA DOS PARTICIPANTES NA SESSÃO

Helena Guimarães,
Coordenadora da iniciativa
Doutorada em Ciências
do Ambiente



TÓNICA DA INTERVENÇÃO

Gestão sustentável de recursos naturais
Coconstrução de conhecimento

A facilitação permite a um grupo diversificado e heterogéneo de participantes atingir objetivos comuns. Segundo Helena, a ideia das tertúlias do Montado foi inspirada na primeira iniciativa desta natureza – Tertúlias do Polvo – que decorreu no Centro de Ciências do Mar (CCMAR) entre 2014 e 2016.

Transpondo essa experiência para as Tertúlias do Montado, Helena considera essencial criar-se capital social capaz de encontrar soluções que permitam a sustentabilidade deste sistema agro-silvo-pastoril. As Tertúlias do século XXI não são de uma determinada elite, mas para todos os interessados. Não há mensagens pré-definidas a transmitir, mas há sempre um plano de trabalho e resultados a alcançar.

Segundo Helena, na maior parte dos projetos do MED há um enquadramento de longo prazo, isto é, pensa-se no período que se vai seguir após o fim do projeto, para rentabilizar o capital entretanto criado, o que configura um compromisso com o território.

Há atividades paralelas às tertúlias, que derivaram de sinergias criadas nas tertúlias. É o caso da Formação sobre Sanidade do Montado, que já vai na 3.ª edição, dinamizada em conjunto com a Associação Terras Dentro. Estão a trabalhar também no Programa Montado, tendo como fundo as medidas agroambientais para a próxima PAC. Tudo isto são “ramificações” das tertúlias, assegura Helena.

A avaliação das Tertúlias do Montado está em curso. Os participantes referem como muito positivo o conhecimento discutido e disponibilizado, a rede de contactos criada, as inovações partilhadas e a identificação de ações concretas de alguns dos participantes das Tertúlias que encontraram na iniciativa inspiração para experimentar e mudar.

Questionada sobre o impacto inicial da metodologia nos participantes, Helena explica que alguns participantes chegam à tertúlia à espera do formato seminário e são rapidamente orientados para um formato de escuta ativa em que todos participam. Todos são tratados por igual e não se usam títulos, o que maioritariamente é aceite.

António Sobral Rodrigues
Engenheiro civil reformado –
Serra de Grândola



TÓNICA DA INTERVENÇÃO

Recuperação e renovo do Montado
Maior abrangência das tertúlias

Tem pequenas propriedades com montado por herança familiar, num total de 60 ha. Costuma acompanhar com o filho as propriedades e diz-se chocado quando vê as suas áreas de montado reduzidas a cerca de 1/3, pelo que o seu objetivo é recuperá-las. Tira cortiça e facilita a instalação de colmeias a pessoas da região. Há cerca de 10 anos retirou o gado das propriedades para conseguir algum renovo natural. Aderiu às tertúlias numa perspetiva de ganhar conhecimentos provenientes de diferentes abordagens. Não acha que as tertúlias careçam de ser melhoradas. No entanto, deviam ser mais alargadas para chegarem a mais pessoas. A ideia é que a próxima seja realizada na base de uma visita às suas propriedades e às da Cristina Ferreira.



César Almeida
Médico reformado - Mora



TÓNICA DA INTERVENÇÃO
Comunicação/Inovação
Partilha de ideias e experiências

Quando se reformou decidiu tomar conta das propriedades herdadas da família, que ascendem a cerca de 500 ha. Viu a notícia de promoção das tertúlias e decidiu aderir, tendo ficado muito agradado com a organização, com a comunicação e com a existência variada de temas com base na floresta. Segundo César, as tertúlias são muito bem orientadas. É dada muita atenção à inovação. Não há lugar a conversas inúteis. No que toca a novas propostas, seria muito útil a criação de grupos de 4 ou 5 pessoas, que discutissem, paralelamente às tertúlias, embora com base nelas, ideias e experiências, no âmbito de visitas que essas pessoas organizariam às suas explorações agrícolas.

Cristina Ferreira
Geógrafa, Planeamento
Regional e Local



TÓNICA DA INTERVENÇÃO
Comunicação/Inovação
Partilha de ideias e experiências

Possui uma propriedade com montado, com 150 ha, em Grândola, que era dos pais e que presentemente acompanha e gere. Segundo Cristina, os grandes montados são diferentes dos de menor dimensão. O seu está no limiar entre ser ou não rentável e sustentável.

Cristina criou uma plataforma a que chamou "The Cork Marketplace" e concebeu um ciclo de conversas, que se realizaram em 2018, designado por "Cork Talks", com o principal objetivo de promover a cortiça como bem de excelência da Bacia do Mediterrâneo. Em 2018 descobriu as tertúlias e começou a participar. Gostou da metodologia adotada. Acha que as tertúlias dão um claro contributo para a recuperação do montado. Na opinião de Cristina, se



não houver uma estratégia e política destinadas à recuperação do montado, o abandono vai aumentar, porque os proprietários não podem aguentar os prejuízos.

Isabel Manoel
Produtora agroflorestal,
Serra de Grândola



TÓNICA DA INTERVENÇÃO
Partilha de experiências

É agricultora por casamento. Foi fácil vir a conhecer as tertúlias, dada a proximidade da sua propriedade com a Universidade de Évora. Pertence à Confraria do Sobreiro e da Cortiça e acha que as tertúlias, através da partilha de experiências e de boas práticas, lançam diversas visões para o futuro do montado, contribuindo para a sua recuperação.

Isabel é uma das 20 pessoas que acompanham as Tertúlias desde 2016. Esteve presente na primeira sessão e contribuiu para a construção da agenda que ainda hoje norteia a iniciativa. Tenta não faltar uma Tertúlia e dá um apoio fundamental a todas as iniciativas que o MED desenvolve e em que é convidada a participar. Segundo Helena, Isabel é um dos grandes exemplos da relação que considera fundamental entre a ciência e a sociedade, uma relação aberta, de colaboração e respeito.

Guilherme Lewes - DGADR/RRN



CULATRA 2030 - COMUNIDADE ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL

Em pleno coração da ria Formosa, no Algarve, localiza-se a ilha da Culatra, inserida no conjunto de ilhas “barreira” pertencentes ao Parque Natural da Ria Formosa.

Alberga uma importante comunidade piscatória, marcada por uma história com mais de 150 anos, de procura da sua identidade e de luta permanente pela sobrevivência, onde se destaca o conflito entre a causa ambiental e a ocupação humana, atendendo à sua localização em zona protegida.

Em 2017, o Governo aprova a proposta de lei que altera o regime de utilização dos recursos hídricos, o que vem permitir a regularização de situações para as quais as regras vigentes se manifestavam desadequadas, como a legalização de primeiras habitações em núcleos residenciais piscatórios consolidados, onde se enquadra o núcleo da Culatra, que “constitui um aglomerado piscatório com raízes históricas e com evidências claras de uma ocupação antiga e que detém um estatuto social, económico e cultural merecedor de reconhecimento e valorização”. Com estas novas regras, foi possível concretizar o Projeto de Intervenção e Requalificação da Culatra, elaborado pela Sociedade Polis Litoral Ria Formosa e previsto no Plano de Ordenamento da Orla Costeira, que envolveu um investimento de cerca de 1,5 milhões de euros, dirigido a obras de intervenção em espaço público (consolidação e melhoria de passadiços, praças, parque infantil, frente da ria/porto de pesca, entre outros).

Esta intervenção traduziu a vontade de dignificar as condições de vida dos residentes daquele importante núcleo, constituído atualmente por cerca de 1.000 habitantes, maioritariamente pescadores artesanais, viveiristas e mariscadores, ameaçado durante anos com o espectro das demolições, e dar assim continuidade ao



processo de melhoria de condições básicas, como sejam o acesso à água potável e ao saneamento (2009), à eletricidade (1997), bem como o investimento em áreas como a educação (Escola EB 1+2, com ensino até ao 6.º ano) e saúde (médico e enfermeira uma vez por semana, teleconsulta, barco ambulância e heliporto para evacuações urgentes).

Estas conquistas deveram-se, em muito, à capacidade que esta comunidade teve de congregar em si novas formas de organização interna, e sobretudo, da determinação em se unir na defesa de causas comuns.

Dessa visão nasceram 4 associações locais: Associação de Moradores da Ilha da Culatra (AMIC), que representa os moradores do núcleo e se destaca na área do desenvolvimento; Associação Nossa Senhora dos Navegantes, de componente social, como o apoio domiciliário a idosos e centro social com creche, jardim-de-infância e ATL; Clube União Culatrense, na área desportiva; Associação ProDiJo, associação de jovens.

É no seguimento desta cooperação, e nos contatos e ligações que têm estabelecido com diversas entidades, públicas e privadas, que têm surgido as ideias e os projetos inovadores, com resulta-

dos potencialmente transferíveis e com grande impacto socioeconómico no território, conforme nos explicaram Sílvia Padinha e Luís Fontinha (AMIC), em visita que a equipa da RRN realizou à Culatra (19.02.2020), no âmbito do tema “Inovação em Abordagem Territorial”.

Uma das áreas prioritárias é a ambiental, sendo por isso a base de vários projetos, como foi a adesão à campanha “A pesca por um Mar sem Lixo”, lançada em 2017, pelo Ministério do Mar, com o objetivo de “promover a redução dos resíduos no mar, através do apoio à adoção de boas práticas ambientais por parte dos pescadores, promovendo a valorização e reciclagem desses resíduos”. Foram os primeiros no Algarve e os segundos em Portugal a aderir à campanha, sendo mais de 100 os pescadores da Culatra que começaram a trazer para bordo o lixo (plásticos, redes e artes de pesca perdidas e abandonadas) que encontravam durante a faina, na ria e no mar. Paralelamente foi dado início a um projeto de “reutilização de redes abandonadas” de forma a terem nova utilização (ex: sacos para os mariscadores transportarem o marisco e bolsas para os veraneantes poderem utilizar para trazer o próprio lixo e outro que encontrem na praia, para que pudesse ser depositado nos locais apropriados).

É iniciado, assim, um processo de sensibilização da comunidade para a importância de adotar práticas mais amigas do ambiente,



com base na aplicação na gestão dos resíduos do conceito dos 3 Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar).

Neste sentido, foi assinado um protocolo entre três associações da ilha para implementar medidas de combate ao plástico, em que se apontam como exemplos, a criação de um copo único, de metal, para utilização nas festividades e iniciativas da ilha, e a promoção de um consumo mais responsável, com a substituição de sacos de plástico por pano, e utilização de cartão biodegradável alimentar no pequeno comércio local.

Foi com muita satisfação que Sílvia Padinha, presidente da AMIC, comentou “No Dia do Pescador, usámos pela primeira vez os copos únicos e, quando a festa acabou, foi incrível ver que não havia





lixo nenhum no chão. Nada de copos de plástico nem resíduos”. Tudo isto foi decidido em parceria com a comunidade local, resumindo “Temos vindo a evoluir este projeto e a população tem evoluído connosco”.

É nesta evolução que surge, em 2019, o projeto “Culatra 2030 – Comunidade Energética Sustentável”, dinamizado em parceria pela Universidade do Algarve (UALG) e a AMIC. O projeto é selecionado pelo Secretariado Europeu para as Energias Limpas nas Ilhas (Clean Energy for EU Islands) para ser um dos seis projetos piloto para a transição energética, a nível europeu, o que permite posicionar a região como centro de excelência em investigação e formação em energias renováveis e colocá-la, assim, na vanguarda da “estratégia 2030”, definida pela Comissão Europeia e assente em: reduzir em 40% as emissões de gases com efeito de estufa; obter 27% da energia consumida a partir de fontes renováveis e aumentar a eficiência energética em 27-30%.

Na prática, isto significa que o projeto pode contar com o apoio técnico desta estrutura da UE na criação

de uma agenda para tornar a Culatra uma comunidade autossuficiente a nível energético, recorrendo, exclusivamente, a fontes limpas e renováveis (sol e vento), numa lógica de Economia circular, permitindo que sejam criadas condições para uma melhor adaptação às alterações climáticas e à sustentabilidade ambiental desta ilha.

O grande objetivo do projeto é o de conseguir a descarbonização total da ilha, tornando-a um exemplo de como será possível viverem 400 famílias só com energias limpas.

A Agenda de Transição de Energia Limpa da Ilha da Culatra é um roteiro estratégico para o processo de transição para a energia limpa, que servirá de base a todo o trabalho que será desenvolvido na próxima década. Neste documento, são apontadas cinco

grandes áreas de atuação: a energia, a água, os resíduos, a climatização de edifícios e o transporte marítimo.

Ressalva-se que “foi desenvolvido pela comunidade local, para a comunidade local e a sua visão é compartilhada pela sua comunidade”.

É deste entendimento que as ideias se transformam em projetos e se abrem novas oportunidades, em diferentes domínios. Para o seu êxito será necessária a cooperação e participação de todos, a nível individual e coletivo, público e privado, podendo ser uma referência de boas práticas e ser considerado um dos projetos piloto que apontarão o caminho para a transição energética da Europa. Projetos como a criação de 4 estações-piloto (energia renovável e armazenamento energético; recarga de barcos elétricos para transporte de passageiros; teste de fontes energéticas emergentes (energias marinhas, biocombustíveis com recurso a algas, biogás e de produção de biomassa a partir de resíduos existentes na ilha); transformação dos resíduos produzidos na Ilha em energia), a criação de um conceito de micro-rede local que permita o uso inteligente da energia, a promoção da utilização de barcos solares nas atividades económicas dos moradores, a modernização habitacional com base na eficiência energética, integrando novos conceitos de bio-arquitetura, telhas fotovoltaicas, com climatização inteligente e adaptados às alterações climáticas e dinamizar a I&DT em dessalinização de água estão ser desenvolvidos.

Em complementaridade, no Programa Operacional Mar 2020 já foi submetida candidatura para equipar a AMIC com painéis so-





lares para o carregamento de barcos eletrosolares, o que permitirá aos viveiristas terem um barco que não utilize combustíveis fósseis e que permitirá, no futuro, a certificação dos bivalves da Culatra como sendo Carbono Zero.

Paralelamente, já foram realizadas ações de limpeza e sensibilização, em que os habitantes da Culatra e visitantes da ilha participaram no projeto “Ria Formosa sem Plástico”, promovida pela Associação para o Estudo e Conservação dos Oceanos, em que foi possível realizar uma limpeza subaquática na zona do porto de abrigo. Por outro lado, estão a ser desenvolvidas ações na escola com os jovens (kits de experiências, brinquedos ecológicos) de forma a dar-lhes competências e sensibilizá-los para esta área. A pressão dos veleiros no verão é muito forte, o que traz consequências em termos de ambiente, especialmente pelo impacto negativo que têm nas áreas naturais. Neste momento estão a ser definidos polígonos fundeadores e já saíram editais com informa-

ção das coordenadas onde as embarcações poderão fundear, o que permitiria uma melhor defesa das zonas mais sensíveis. Já foi assinado um protocolo com a Docapesca, que vai permitir à AMIC gerir os fundeadouros para a náutica de recreio ao largo da Ilha e a perspectiva de criação de emprego (organização e gestão dos fundeadouros, loja náutica e estação de serviço aos veleiros, coleta de contribuições dos visitantes, entre outros). As receitas reverterão para um fundo social e ambiental que ajudará a comunidade a implementar os objetivos do projeto de sustentabilidade energética Culatra 2030.

Quem se preocupa mais com os recursos é a própria população. As pradarias marinhas é que sofrem, bem como as zonas do negócio dos bivalves. O Programa Polis ajudou recentemente a retirar cerca de 100 veleiros fundeados e conseguiu reabilitar uma pradaria marinha importante, ecossistema que tem um papel principal na fixação do carbono.

Apesar da proteção do Parque Natural e das classificações de Zona Especial de Proteção de Aves, Sítio de Importância Comunitária e Zona Húmida, a conservação nesta área tem falhado em diversos domínios (espécies e habitats ameaçados), e existem muitos problemas ambientais por resolver.

Uma das maiores evidências está no declínio da população de cavalos marinhos, que já foi uma das maiores do mundo, mas que ficou reduzida a cerca de 10% em menos de 20 anos. Está em curso a criação de áreas de refúgio (santuários), negociadas com os pescadores, onde será limitada a navegação e a atividade humana.

Estão lançadas as bases para o futuro. Vamos, pois, seguir e apoiar o “Culatra 2030 – Comunidade energética sustentável”.

João Cassinello - DRAP Algarve/RRN



1. Associação para o Estudo e Conservação dos Oceanos
2. Registo Nacional de Atividade de Animação Turística
3. Faro, Gestão de Águas e Resíduos, EM
4. Direção Geral do Património Cultural
5. Inventário do Património Cultural Imaterial



A REDE DE INOVAÇÃO FAZ DA SIDRA FATOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA MADEIRA

Era uma vez uma “ilha misteriosa de arvoredos sombrios, rochas e bruma, que por esforços sobre-humanos viria a transformar-se em ilha de frutos e flores, jardim do mar, horto edénico de eterna Primavera verdejante”.

“Quanto trabalho e quanto sofrimento, quanto esforço houve que despender, e quantas fadigas houve que suportar o homem, para domar os elementos insubmissos, para tornar a ilha lânguida, hospitaleira, amiga, e para conseguir que brotassem da rocha os frutos e as flores, a riqueza e a abundância”.

É da ilha dos frutos e da capacidade de inovação do povo madeirense que pretendemos falar nesta reportagem realizada a partir de uma viagem virtual à Madeira conduzida pelos principais protagonistas do complexo sistema de inovação, organizado para recriar e promover a produção e a comercialização de sidra, talvez a mais antiga bebida produzida na ilha da Madeira. Quase tão antiga como a chegada dos primeiros povoadores. Gaspar Frutuoso, numa obra brilhante escrita no século XVI, intitulada Saudades da Terra, refere a planta, a partir da qual se

produz a sidra, como existindo em vários locais da ilha principal, mais explicitamente na Ribeira Brava e no Faial, sem nunca deixar de mencionar outros com “frutos de toda a sorte”, como Santana e Calheta, onde certamente a sidra marcaria presença, tanto mais pelo clima propício para a produção de peros. A “Sidra da Madeira”, um produto em processo de reconhecimento como IGP (Indicação Geográfica Protegida) tem características muito especiais que lhe são conferidas pela enor-

me diversidade de variedades de peros e maçãs existentes na Madeira e pela mistura de variedades típicas de cada local de produção. Numa ilha com cerca de 750 quilómetros quadrados existem mais de cem variedades de pereiros e macieiras.

Vieira da Natividade, considerado o pai da fruticultura portuguesa, em 1947 na sua obra "Fomento da Fruticultura da Madeira", sobre as numerosas variedades de maçãs que encontrou, concluía que "o que se passa com as castas de macieira cultivadas na ilha constitui seguramente caso único na fruticultura mundial". Mais adiante, na referida obra, afirma que "a flora madeirense deve ser hoje, neste aspeto, a mais rica do mundo, pois não será exagero o afirmar que o número de castas em cultura, com ou sem valor económico, é superior a uma centena".

Esta enorme diversidade de variedades de peros e de maçãs é atribuída por Manuel Pita, engenheiro agrónomo, ex-diretor Regional de Agricultura durante 14 anos, fundador e presidente da Associação de Produtores de Sidra da Região Autónoma da Madeira, ao facto da reprodução das plantas se fazer fundamentalmente por via seminal. "Alguns peros foram trazidos de diversos sítios pelos colonizadores, mas muitas variedades são derivadas de mutações genéticas e de cruzamentos entre várias variedades. Os agricultores faziam poucas enxertias".

O caso mais paradigmático desta tese foi-nos relatado por Manuel Gonçalves, professor de filosofia "a caminho da filosofia da natureza" como se autodenomina, produtor de sidra e dinamizador da Quinta Leonor, local onde existe uma das maiores coleções de variedades de fruteiras regionais da Madeira. É o Pero Domingos.

O Pero Domingos é considerado por todos os nossos entrevistados/as como a excelência para a produção de sidra, o único pero com características de tal modo equilibradas que permita o fabrico de sidra monovarietal, "porque se trata de uma árvore que dá frutos fabulosos. É pero de calibre médio, chamativo, cor entre o avermelhado e o alaranjado, de muito bom sabor, trinquento e grande capacidade de conservação", considera Manuel Gonçalves.

O Jardim da Serra e a Camacha, pela sua proximidade do Funchal, eram as freguesias que abasteciam a cidade de maçãs e



peros, nomeadamente hotéis e navios, que eram levados às costas ou em "corsas"

(trenós). "Os habitantes do Jardim da Serra eram comerciantes de fruta, vendiam em várias locais. Eram os principais comerciantes de fruta".

"Havia aqui dois senhores (Costa e Domingos Gonçalves dos Ramos) que compravam fruta no pomar, isto é, nas árvores, antes da colheita, que era feita pelos compradores. Os donos das fruteiras, quando a fruta se vendia no pomar reservavam uma das árvores para seu consumo. Havia um produtor que todos os anos vendia a fruta e reservava para ele sempre a mesma árvore. Até que um dia os compradores não resistiram e apanharam alguns peros que eram diferentes dos outros. O comprador, o senhor Domingos, levou a fruta que comprara



para a loja, onde a pôs a amadurecer. À medida que ia amadurecendo ia vendê-la ao mercado, com os cestos às costas, à dúzia ou à meia dúzia, que a peso não podia por falta de balança. Os peros colhidos pelo senhor Domingos da árvore reservada pelo produtor não foram vendidos. Continuaram na sua loja rijos, aromáticos e com bom aspeto. No ano seguinte o senhor Domingos, agradado da qualidade dos peros, pediu uns garfos do pereiro e enxertou-os em em árvore "do seu prédio da porta, o terreno onde tinha a casa". Todas as pessoas que passavam "viam os peros bonitos e em grande quantidade. Pediam ao Domingos lhes desse uns garfos". Ele não recusava, até porque, se não os oferecesse, lhos roubavam. Assim toda a gente passou a ter Pero Domingos.

O dono do pereiro original informou que o obteve por semente. O senhor Domingos era bisavô do Manuel Gonçalves, do lado da mãe. Também do lado paterno herdou o gosto pela cultura dos pereiros além do Pero Domingos, que desde criança ouviu histórias sobre a cultura dos peros e participou das tarefas agrícolas. "Arrancar as variedades de macieiras da Madeira para as substituir por outras de fora chegou a ser política do Governo Regional. Perdemos assim muitas variedades. Mas tivemos a sorte de muitas se terem mantido. O povo, por sua iniciativa, foi mantendo as variedades regionais, embora tivessem sido desvalorizadas pelas políticas públicas e pelo mercado, considera o professor de "filosofia a caminho da filosofia da natureza". Apesar deste abandono do cultivo das variedades regionais e a redução da produção de sidra, o seu fabrico nunca se perdeu. Manteve-se para autoconsumo e venda no comércio local, apesar do envelhecimento da população agrícola, como é referido pela maioria dos nossos entrevistados.

Apesar da desvalorização das variedades regionais para consumo em fresco e para produção de sidra, surgiu vontade coletiva de "innovar na tradição" para transformar a sidra em bebida que passe do autoconsumo e da venda em tabernas locais para a sua comercialização nos melhores bares da hotelaria e na restauração do Funchal.

Para isso foi gradualmente criado um Sistema de Inovação que culminou na constituição da Associação de Produtores de Sidra da Região Autónoma da Madeira.

Este Sistema de Inovação integra produtores, serviços da Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DRA), Universidade da Madeira, Quinta Leonor, Quinta Pedagógica dos Prazeres e autarquias locais. Da interação que foi resultando destas entidades com vista à modernização do processo de fabrico, mantendo as características originais, e à sua valorização no mercado surgiu a Associação de Produtores de Sidra da Região Autónoma da Madeira, que é agora o chapéu de todo este processo.

O trabalho de modernização do processo de fabrico e valorização comercial da sidra da Madeira, que está a ser realizado, inclui apoio técnico aos produtores de peros e maçãs, seleção e melhoria de variedades, caracterização de variedades com vista à sua inscrição no catálogo Nacional de Variedades, construção de rede de sidrarias com equipamento renovado (que permita garantir a genuinidade do produto com aumento de eficiência e qualidade), o registo da marca "Sidra da Madeira" como IGP e estratégia de marketing que permita a sua melhor valorização no mercado, principalmente junto dos jovens e dos turistas.

Regina Pereira Santos, engenheira agrónoma da Divisão de Inovação Agroalimentar da DRA, é a alma de todo este processo.



Sobre as variedades de peros e maçãs da Madeira, Regina Pereira Santos considera que “umas amargas, outras ácidas, outras doces, vários sabores; da mistura destes sabores é que se diferencia cada uma das sidras. São diferenciadas de zona para zona dentro da Região”.

A riqueza da ilha, que, nomeadamente, se traduz a diversidade de variedades e de sidras, é seguramente o resultado da grande diferença de microclimas proporcionados pela geografia da Madeira descrita por Vieira da Natividade como “cenário apocalíptico: falésias a pique sobre o mar, alcantis sobre alcantis; muralhas basálticas que dir-se-iam chamuscadas por labaredas infernais; vales sinistros cuja fauce medonha a bruma esconde”. Ainda segundo Regina Pereira Santos, o caráter inovador do trabalho que agora se está a fazer à volta da sidra, que inclui a construção de uma rede de sidrarias com financiamento público, traduz-se na forma de organização dos produtores e no Sistema de Inovação que se instituiu ao longo deste processo. Quanto à organização da produção, o mercado passou a exigir-la para controlar melhor a produção e entrar nos mercados da restauração e do turismo.

“Foi criada uma associação de produtores de sidra com vista a melhor organizar a produção e a elevarem a IGP. O dossier está neste momento em Bruxelas, designado Sidra da Madeira. A sidra caracteriza-se por uma certa acidez, à semelhança do vinho da Madeira e de tudo o que se produz na Madeira, cujo PH ácido no solo marca o sabor em toda a nossa fruta, mesmo na banana”. Existem dois processos de fabrico de sidra: pelo método da cerveja ou pelo método do vinho.

“Vinho de pero, como também é aqui designada a sidra, significa que é feita pelo processo do vinho. Para ser “Sidra da Madeira” tem que ter peros/maçãs produzidas na região para além do processo regional: esmagamento, prensagem, fermentação, estabilização e engarrafamento, precedido de filtrações. A filtração pode ser substituída por decantação natural, segundo a opção dos produtores. A acidez fixa é uma característica das nossas variedades”, adianta Regina Pereira Santos.

Na visita que anteriormente fizemos à Quinta Pedagógica dos Prazeres, por ocasião de anterior edição desta revista, ouvimos falar do seu trabalho pela voz do Padre Rui Sousa, um dos principais defensores da produção de sidra como fator de potencial de desenvolvimento da economia local.

“Na região nunca se perdeu a tradição da produção de sidra. A prova disso são as festas temáticas que existem, como é o caso da festa da Sidra no Santo da Serra, que já vai com 35 edições, a festa do São Roque do Faial e a Semana das Sidras nos Prazeres”, afirma Regina Pereira Santos.





O impacto que se espera da “nova sidra” no desenvolvimento da economia local é bem visível no empenho que as autarquias põem em todo este processo.

Sobre esse impacto falou-nos Gilberto Rodrigues, Presidente da Junta da Freguesia de Santo António da Serra, do concelho de Machico.

Como autarca, empenhou-se na criação da associação, porque a sua freguesia “é a maior produtora de sidra da Região Autónoma da Madeira, que tem grande tradição. Foi, no passado, muito importante na produção de sidra na Região da Madeira. Era conhecida pela sidra do Santo. Tradicionalmente era armazenada em barricas de madeira e o processo de fabrico era parecido com o fabrico do vinho”.

“Aqui a variedade mais conhecida é o Pero Calhau, que é um pouco ácido. Mas misturado com Pero Pevide e outros peros mais doces, como o Pero Banano, o Pero Estopa, o Pero de Bico, ou o Pero Bico de Melro dá uma boa sidra. Cerca de 75% de Pero Calhau e o resto de peros mais doces e mais suaves dá uma boa mistura”.

Gilberto Rodrigues refere a existência de lagares comunitários. “A minha família tinha um desses lagares: as pessoas traziam os peros e faziam cá a sidra. O lagar começava a funcionar em finais de agosto para os peros que vinham mais cedo. As pessoas marcavam o seu dia para fazer a sidra. O lagar funcionava ao longo do período de maturação da fruta, até finais de outubro”.

Sobre os hábitos de consumo da sidra, Gilberto Rodrigues conta que “toda a agente tinha sidra em casa, que acompanhava os trabalhos na fazenda”.

Para o autarca, o grande desafio é agora “valorizar, certificar e proteger a marca “Sidra da Madeira”, mas cada localidade vai ter a sua distinção própria dentro deste grande chapéu. O que diferencia as várias sidras são as variedades usadas em cada local. A Madeira tem muitos microclimas”.

“A Junta de Freguesia é um elemento de facilitação, sendo a sede da associação na Junta”. Esta é a convicção de Gilberto Rodrigues por olhar para a sidra como potencial de desenvolvimento da economia local e da fixação de pessoas, nomeadamente de jovens, na agricultura.

Esta perspetiva é partilhada por António Gonçalo Peco Jardim, que foi autarca na Câmara Municipal de Santana, fundador do GAL Associação das Casas do Povo (LEADER ADRAMA) e



atualmente é Presidente da Direção da Casa do Povo e da Junta de Freguesia de São Roque do Faial.

Este dirigente associativo releva “a importância da sidra no desenvolvimento local, com impacto direto na agricultura e no turismo”.

Foi justamente esta convicção “que nos levou, há dez anos atrás a fazer aqui na freguesia de São Roque do Faial uma iniciativa para valorizar a sidra, o Festival da Truta/Rota da Sidra, no concelho de Santana no mês de maio”.

Neste concelho, Santana, produzem-se cerca de 30 mil litros de sidra por cerca de 30 produtores, muitos dos quais para autoconsumo. Há uma zona muito turística ao lado do Ribeiro Frio, na freguesia de São Roque do Faial, o segundo ponto mais visitado a seguir ao Mercado dos Lavradores no Funchal, onde temos produção das trutas e de pereiros e macieiras usados para a sidra”, afirma o dirigente associativo.

A este concelho foi entregue o Galardão Reserva Mundial da Biosfera. É sítio onde o homem vive em harmonia com a natureza que inclui a Floresta Laurissilva e a Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio, reserva marinha, (nome do lugar com um ilhéu e uma fajã, onde um navio se afundou e por isso lhe foi atribuído o nome de Rocha do Navio), a Floresta Laurissilva, Património Natural Mundial, que integra o Parque Natural da Madeira e a Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio que é outra área protegida da Madeira.

Gonçalo Jardim, enquanto autarca, percebeu que a sidra é produto desejado por quem os visitava e é aposta para promover a região junto de quem os visita.

“Estamos a promover a sidra e temos feito formação para os agricultores produtores de sidra (como fazer sidra com qualidade, podas e enxertias dos pereiros e macieiras)”. É trabalho levado a cabo pela Casa de Povo de São Roque do Faial em coordenação com a Secretaria Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural. A sidra engarrafada como produto reconhecido, rótulo e denominação “Sidra da Madeira”, será passo essencial para aumentar os rendimentos de toda a fileira.

Este dirigente associativo e ex-autarca considera que “os pomares estavam a ficar abandonados, por não se conseguir escoar os produtos. É bom termos os pomares arrançados, com árvores com mais de 50 anos ainda a produzir. O Pero Calhau é árvore com exemplares com mais de 50 cm de diâmetro. As macieiras e os pereiros têm impacto no turismo, não é só pelo produto, mas também pelas paisagens que os poios alindados pelos pereiros e as macieiras oferecem”.

“Colocar a sidra engarrafada nos hotéis e restaurantes, ter assim um mercado com qualidade, oferecendo a sidra a quem nos visita é vantajoso para os produtores e para o comércio local”.

A sidra conta também com a Confraria da Truta e da Sidra, criada há oito anos, para promover estes dois produtos.

Maria do Carmo Bica - DGADR/RRN

A SIDRA DA MADEIRA

A sidra da Madeira, também designada por vinho de Peros, devido ao seu tradicional processo de fabrico ser semelhante ao do vinho, é uma bebida com história na Madeira, contudo, tradicionalmente circunscrita aos meios rurais onde é produzida e à população mais idosa.

Apesar deste facto, ou seja, do consumo de sidra ter estado durante muito tempo confinado às localidades de produção e numa lógica de autoconsumo, nos últimos anos tem-se assistido a uma maior notoriedade devido à adesão de novos consumidores. São disso exemplo a Mostra da Sidra, no Santo da Serra, o Festival da Truta-Rota da Sidra-Encontro de Grupos Culturais, do concelho de Santana, em São Roque do Faial, e a Semana da Sidra da Madeira dos Prazeres.

Estima-se que a produção atual de sidra ronde os 2 390 hectolitros. O Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 2009 registou a existência de 1 120 explorações com macieiras/pereiros ocupando uma área total de 140 hectares, o que confere aos pomares uma dimensão média de 1 250 m², com cerca de 160 macieiras. De realçar que, na grande maioria dos pomares, nomeadamente nos pomares tradicionais, as macieiras/pereiros são cultivadas em bordadura.

Entre 1999 e 2013 verificou-se um decréscimo de 42 hectares de área produzida o que, no mesmo período, correspondeu a um decréscimo de 708 toneladas de fruta.

Existem atualmente cerca de 100 produtores de sidra dispersos por toda a ilha.

As variedades com maior expressão na produção de sidra são: Maçã Barral, Pero Domingos, Pero Calhau, Maçã da Camacha, Maçã Cara de Dama, Pero Ponta do Pargo. São ainda usadas, embora com menor expressão: Pero Amargo, Maçã Baionesa, Pero Branco, Pero Boal, Pero Cú de Melro, Pero de Ouro, Maçã Espelho, Pero Focinho de Rato, Maçã Parda, Pero Pevide, Pero Rajado, Pero Rijo, Pero Riscado e Pero Vime.

Os peros/maçãs são cultivados nas zonas altas de encosta norte e sul, onde vive uma população envelhecida, na parte superior da montanha. Na encosta sul, acima dos 500 metros de altitude e na encosta norte entre os 400 e os 500 metros.

Para contrariar este declínio e tendo por base o reconhecimento coletivo das potencialidades da sidra como fator de dinamização das economias locais, nomeadamente dos territórios rurais, a Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural decidiu avançar com um projeto de construção de sidrarias em cada lugar onde há produção que o justifique. Assim, estão projetadas quatro sidrarias, estando já construída a do Santo da Serra, a próxima será nos Prazeres e seguir-se-ão as do Jardim da Serra e da Camacha.

Este investimento é proveniente do PRODERAM e prevê-se que no final se estabeleça protocolo entre o Governo Regional e a Associação de Produtores da Madeira para que esta assuma a gestão das sidrarias que estão projetadas para produzir, engarrafar, rotular e embalar o produto.

A par deste projeto de construção da Rede de Sidrarias, o Orçamento de Estado para 2019 inclui novas medidas para apoiar o sector, nomeadamente a inclusão no Código dos Impostos Especiais de Consumo o Estatuto de Pequeno Produtor de Sidra a exemplo do considerado para os pequenos produtores de vinho, que estão dispensados das obrigações relacionadas com a produção, circulação e controlo, previsto no referido Código, bem como a redução de taxas e de impostos como forma de apoiar os pequenos produtores.

1. J. Vieira Natividade (1953) Conferência “Madeira A Epopeia Rural”. Centro Madeirense do Porto.



ILHA DO CORVO: UMA TERRA A CAMINHO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Ao segundo dia na ilha do Corvo já tínhamos direito a tratamento familiar. Conhecíamos o padeiro, os donos do restaurante, a merceira e a dona do alojamento local onde nos alojámos. Até os restantes hóspedes. Ao todo éramos quatro pessoas, falávamos como se já nos conhecêssemos de longa data.

À saída da Aerogare do Corvo, a proprietária do alojamento local estava à espera para nos transportar até à casa onde iríamos ficar. Não foi a nosso pedido. Foi surpresa agradável, simpatia da senhora. É o bem receber das pessoas da ilha.

O primeiro pensamento que me veio à cabeça foi: para se viver aqui é necessária harmonia. Tem que haver cultura de boa vizinhança. É condição indispensável para se viver bem na ilha.

Isso foi confirmado na conversa com o Presidente da Câmara Municipal do Corvo. O objetivo da viagem ao Corvo e, por isso, a conversa com o presidente, era perceber o caminho que está a ser percorrido para a transição energética na ilha. Mas foi inevitável falar sobre o isolamento e a sabedoria social que é condição de vida para se permanecer num lugar como este, que tem 400 habitantes. A boa vizinhança e a harmonia entre todos é condição para a boa relação comunitária. Sabe-se lidar com a doença sem alarmismos, que na ilha não há hospitais nem meios auxiliares de diagnóstico. Há apenas um médico e uma enfermeira que prestam cuidados de saúde durante o dia no posto médico.

Tudo é singular neste pedaço de terra com 17,13 km² onde, à beira de uma pista de aterragem com 800 metros de comprimento, coexiste um porto com 80 metros de cais, para atracagem de barcos. Neste reduzido território, em 1864 viviam 883 pessoas. A emigração para os Estados Unidos da América reduziu substancialmente esse número e hoje a população do Corvo, está estimada em 440 pessoas.

O Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Alves da Silva, confirma que existe na ilha cultura de boa relação e de solidariedade entre todos, que é condição para viver numa ilha tão isolada. É esta cultura de “bom viver” que o



leva a pensar nos limites da sustentabilidade para o turismo. Turismo sim, mas com limites. O limite, segundo o Presidente, é o que permite não alterar as rotinas das pessoas que residem na ilha. Existe oferta turística de 48 camas e 2 restaurantes. Considera que a possibilidade de aumento não deve ultrapassar as 60 camas. Tem a noção de que este discurso não é politicamente correto, que é ideia difícil de compreender na era em que a generalidade das pessoas e dos autarcas olham para o turismo como boa fonte de rendimento.

Na ilha há pleno emprego. Mais de 40 pessoas trabalham na Câmara Municipal. O município é a principal entidade empregadora da ilha.

Há apenas dois alunos no 12.º ano. O Presidente diz que apesar do reduzido número de alunos, fechar a escola é impensável, que isso significaria o regresso a passado muito penoso que, quem dele guarda memória, não quer de volta.

Sobre a transição energética ficámos a saber que se trata de projeto antigo, anterior à Cimeira Internacional do Clima (COP 21) e ao Acordo de Paris sobre as alterações climáticas. O projeto foi iniciado em 2012 e veio a ser concretizado por fases, estando algumas etapas por concluir. O objetivo é tornar a ilha 100% livre de energias fósseis.

A primeira fase está concretizada. Consistiu na instalação de equipamentos para aquecimento da água, em todas as casas habitadas, a partir da energia solar. Há três tipos de equipamentos que variam consoante a fase do projeto e a zona da vila. Na parte antiga houve o cuidado de usar equipamentos que não descaracterizem a arquitetura do lugar. Há, contudo, um problema. A manutenção. A Câmara Municipal está neste momento em via de finalizar protocolo com uma empresa para este fim. Todo este investimento nos equipamentos e na manutenção é totalmente financiado pela Câmara Municipal e pelo Governo Regional. Conversámos com alguns moradores que não foram abrangidos

pelo programa. À época ainda não tinham as suas casas, mas adotaram as mesmas soluções, embora pagas pelos próprios, por considerarem que isso permite uma grande poupança de dinheiro e reduz a pegada de carbono.

Este objetivo parece cumprido. Passada a fase de investimento público, a opção pelas “energias limpas” entrou na consciência das pessoas, que agora, por sua iniciativa, perseguem este objetivo com os seus investimentos.

A segunda etapa do projeto está ainda por concluir: consiste na instalação de um ponto de abastecimento de eletricidade para as viaturas de forma a acabar com o gasóleo e a gasolina na ilha. O ponto de abastecimento já existe, mas o parque automóvel continua inalterado. Há apenas uma motorizada elétrica.

Verificámos que dois fatores contribuem para esta resistência. O medo da nova tecnologia parece ser o fator principal. Não haven-



do mecânicos na ilha tecnicamente preparados, no caso de avaria será problema difícil de resolver. “O meu carro tem 30 anos. É de mecânica antiga, não precisa de oficina. há um rapaz que é habilidoso e vai resolvendo os problemas. Carro novo para quê?”, questionou o padeiro. Mas foi adiantando que é uma questão de tempo. Quando aparecer o primeiro e correr bem, a inovação virá por imitação. “É preciso um carro elétrico que tenha potência suficiente para subir ao Caldeirão e não precise de manutenção que nos obrigue a sair com ele da ilha”. Esta será a segunda condição para levar as pessoas a aderir às viaturas elétricas.

Segundo nos informou o presidente da Câmara Municipal, que conhece bem a vida na ilha, será o município a comprar o primeiro carro elétrico para servir de exemplo. Considera que a seguir, por imitação, far-se-á gradualmente a alteração do parque automóvel da ilha.

O terceiro objetivo parece mais distante, que a orologia da ilha e as condições climáticas não o facilitam. Trata-se de produzir 100% da energia elétrica com base em fontes renováveis. O município tem um terreno preparado para instalar sistema de painéis fotovoltaicos. Será o primeiro passo. O segundo aproveitar a água das lagoas situadas a cerca de 500 metros de altitude relativamente ao povoado para fazer produção de energia elétrica, usando a energia produzida a partir do sol para bombear a água para as lagoas que assim funcionarão como baterias.

Estudaram o sistema de produção eólica. Chegou a vir à ilha um especialista. À primeira impressão seria a solução mais óbvia, contudo, dois problemas se levantaram. Os ventos demasiado intensos e com enormes variações de direção e de intensidade, a orografia

e a rede viária da ilha que impedem o transporte das torres eólicas para os locais de maior altitude.

Há, contudo, nesta ilha forte consciência ambiental e social. Manter os equilíbrios sociais e ambientais parece ser uma ideia que permitirá a sobrevivência neste sítio tão isolado do resto do mundo. Em percurso pela ilha, identificámos outros sinais de inovação, desta vez dos produtores de gado, denominados de lavradores, maioritariamente bovino. O gado anda no pasto, em boa parte no baldio, sendo preciso saber onde se localizam e se há problemas com ele. Para isso é preciso inovação: observação através de drones. Já são vários os lavradores que recorrem a drones para fazer vigiar o gado.

Toda a área do baldio está classificada como Reserva da Biosfera, sendo de preservação obrigatória. O gado pode pastar no baldio, mas os terrenos não podem ser cultivados. Os animais comem o que a natureza dá. A natureza é amiga, dá alimentos em abundância.

O Corvo está a ser terra de inovação. Está a caminho da transição energética. Nas políticas públicas para o turismo e para a agricultura a Câmara Municipal é sócia maioritária de uma queijaria, uma régie cooperativa que é cooperativa em associação o Município do Corvo, como é admitido pelo decreto lei nº 31/84 de 21 de janeiro com o objetivo de não deixar perder o Queijo do Corvo e de inovação tecnológica do gado nas pastagens.



Quem vai ao Corvo sente, sem dúvida, mutação na rotina do dia a dia. A mutação acontece, é real e vai perdurar.

Quando o avião descola e se olha a ilha que deixamos, temos a sensação de que ali o tempo tem outro tempo. O relógio não marca as horas da forma que marca em qualquer outro lugar. O dia parece quase eterno.

Isto é o Corvo! Um espaço mágico, cuidado, preservado, com gente boa que vive sem pressas, cujo lema de vida é “saber estar”.

Maria do Carmo Bica - DGADR/RRN

Maria José Aranda / RRN Açores

DO PROJETO À SUA IMPLEMENTAÇÃO

É o Presidente da Câmara Municipal do Corvo, José Manuel Alves da Silva, que fornece os dados. Os sistemas solares térmicos e bombas de calor para produção de águas quentes sanitárias vieram substituir cerca de centena e meia de equipamentos em habitações e edifícios de serviços no Corvo. A primeira fase do projeto foi implementada na zona nova da vila, onde havia mais espaços para a instalação dos equipamentos. A totalidade das casas aí existentes possuem esses sistemas alternativos de produção de energia. Cada casa também foi beneficiada.

Na segunda fase, já na zona antiga da vila, a inovação foi feita de forma diferente, com bombas de calor ligadas à eletricidade e, nalguns casos, existem alguns painéis solares e outros equipamentos. Nessa parte antiga, os logradouros são muito pequenos e nos últimos anos foram construídas casas de banho nesses espaços. Pensaram em colocar os sistemas energéticos alternativos nessas novas áreas construídas. Mas a zona antiga ia ficar descaracterizada, não fazendo sentido optar por energias limpas à custa de sacrifícios paisagísticos e arquitetónicos. Por isso mudaram para bombas de calor. Na primeira fase do projeto, em 2013/2014, todas as casas que estavam habitadas foram equipadas, o que se traduziu, naquela altura, na poupança de 70% no consumo de gás. Foi processo facilmente aceite por parte da população, refere o autarca, porque os que primeiro beneficiaram foram informando os outros dos benefícios que estavam a obter. Houve efeito multiplicador. Foram mostrando a vantagem o que levou os outros a começar a comprar bomba de calor em vez de esquentador.

Os problemas associados a este projeto, prendem-se, essencialmente, com a manutenção, porque “embora estando incluída na garantia do projeto compromisso de vir à ilha regularmente um técnico para fazer reparações, isso não tem acontecido. Vamos fazer agora novo contrato, só para manutenção, em condições diferentes”, informou o Presidente da Câmara Municipal.

Em termos de financiamento este projeto, na primeira fase, teve apoio do PROCONVERGÊNCIA (Programa Operacional dos Açores para a Convergência, período de programação 2007-2013). Na segunda fase o apoio foi através de contrato ARAAL (Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A que estabelece o regime de cooperação técnica e financeira entre a administração regional e a administração local) celebrado com o Governo Regional, que é resumidamente um contrato de cooperação técnica e financeira entre a administração regional e as autarquias.

“O benefício deste projeto não foi só para os habitantes do Corvo. É preciso notar que o custo dos transportes com o gás para o Corvo também foi bastante reduzido para o Governo. Não nos podemos esquecer que o transporte de uma garrafa de gás custa duas vezes mais que o preço do gás, não sendo mais caro para o consumidor do Corvo. Quem suporta este gasto é o Governo da Região”, afirma o Presidente.

Entretanto, no cumprimento deste projeto, o posto para abastecimento de carros elétricos na ilha, parece, para já, de pouca impor-



tância, mas no Corvo, o Presidente da autarquia, considera “que por semana faz menor número de quilómetros que um carro elétrico pode fazer com autonomia de abastecimento”. Nem ele, nem grande parte da população. “Não nos esqueçamos que no Corvo existem cerca de 150 viaturas, enquanto que há 30 anos atrás existiam 2 ou 3. O autarca tem consciência de que há muitos habitantes que não têm necessidade de ter uma viatura. “Mas há efeito de contágio, não há legislação que restrinja ou proíba as pessoas de adquirirem viaturas. Podemos só sensibilizar”. Uma das iniciativas a fazer é a autarquia adquirir uma viatura elétrica, “para darmos o exemplo e funcionar como prova”. Os percursos existentes na vila adequam-se a carros elétricos. “O resto da ilha é muito íngreme e temos dúvidas se servirá para esse efeito”, considera o autarca. Haverá vantagens ao nível da manutenção das viaturas, “que atualmente não é fácil manter os carros a gasolina e gasóleo. Quando há uma avaria mais complicada tem que se enviar a viatura para outra ilha para ser reparada. Nos carros elétricos é muito diferente porque a manutenção é muito menor”. Disso não duvida o Presidente da Câmara Municipal.

“Quanto à transferência deste conhecimento para outros territórios é possível fazê-lo. Mas não nesta altura, porque temos o parque fotovoltaico por terminar. Este parque permitirá abastecer 40 a 50% das habitações do Corvo, que rondam as 130 nesta altura” remata, José Manuel Alves da Silva.

A VOZ DE QUEM HABITA NA VILA DO CORVO

Questionámos alguns habitantes do Corvo que têm sistema de energia alternativa na sua habitação para conhecer a sua opinião sobre este projeto e o que ele representa para o quotidiano das suas vidas e para a ilha em geral.



Durval Mendonça - proprietário de um restaurante

Não consegui instalar produção de energia alternativa na minha casa porque a fiz mais tarde. Mas instalei depois, com investimento próprio. Porque acho que é muito complicado o gás chegar ao Corvo, vale a pena o investimento.

Com este projeto é menos gás que tem que vir para a ilha. Tudo o que não seja gasóleo e gás é bom para nós. Vamos a ver quando é que fica tudo montado.

A energia eólica também foi pensada, mas o vento não é muito regular. Tem épocas em que "é muito à pancada", isto é, irregular. Não acredito que os painéis solares dêem para a ilha toda, mas reduz muito o consumo de gasóleo.

Quanto ao ponto de abastecimento para abastecer de eletricidade os carros elétricos, já está montando um ao pé da Câmara. Mas só depois de haver um habitante a comprar. Os outros vão entusiasmar-se. Já há uma mota elétrica, mas as motas não são meio muito utilizado.

Há muitos carros, na maioria de lavradores e de pescadores. No geral toda a gente tem, gostando de dar um passeio até ao Caldeirão. Para os carros elétricos vai ser preciso primeiro alguém comprar um e o experimentar a ver se o carro aguenta ir e vir até ao Caldeirão. Depois acredito que as pessoas vão aderir. Os lavradores talvez não, porque andam muito e por sítios com mau acesso. Estou até a pensar comprar um carro desses para a minha mulher andar pela vila.



Keteline Rita - rececionista numa residencial

Tenho um sistema de energia alternativa. É bom porque poupo no gás e é excelente para o ambiente. Desconheço se existem carros elétricos na vila, mas acredito que é algo a que as pessoas vão aderir. Basta que haja um que compre e depois os outros seguem o exemplo.

Quanto à intenção da Câmara para a montagem de energia fotovoltaica, é uma excelente medida para o ambiente.

Poupa-se muito dinheiro no gás que é só utilizado para o fogão. Não houve qualquer despesa com a instalação da energia elétrica nem com a instalação do equipamento, nem também com a manutenção do mesmo.



Óscar Rocha - aposentado dos CTT

Conheço o projeto da energia alternativa. Tenho uma bomba de calor instalada em minha casa que não me custou dinheiro nenhum e poupo muito gás. Estou muito satisfeito. O gás agora é só para o fogão. Ainda não pensei em trocar o meu carro por carro elétrico, porque tenho carrinha de tração às quatro rodas. Um carro elétrico com tração às quatro rodas não é fácil. Nem sequer ponho essa possibilidade.

Não conheço o projeto da Câmara para instalação de painéis, mas acho que é boa ideia diminuir, na ilha, o consumo de gasóleo.

BREVE RESUMO DO PROJETO CORVO SUSTENTÁVEL

O projeto “Corvo Sustentável” foi elaborado há cerca de oito anos. Visa transformar a ilha do Corvo em demonstração de referência a nível mundial de sistema energético sustentável, posicionando-se como laboratório de experimentação para a próxima geração de sistemas energéticos, incluindo a implementação do conceito de rede elétrica inteligente, a gestão ativa da procura, o armazenamento de energia, a eficiência energética e o papel do consumidor como agente ativo do sistema energético.

Os objetivos principais assumidos no âmbito do projeto “Corvo Sustentável” foram, àquela época, sistematizados da seguinte forma:

- Penetração de renováveis na produção de energia elétrica em 70%;
- Redução do consumo de energia primária em 25%;
- Penetração de renováveis na energia primária 25%;
- Desenvolvimento de rede elétrica inteligente que permita a integração e gestão das várias componentes do sistema energético da rede do Corvo e permita a aplicação de metodologias para a gestão ativa da procura;
- Criação de competências nos centros de investigação e empresas parceiras do projeto para o desenvolvimento de soluções (chave na mão) de sistemas energéticos adotáveis por regiões remotas, que sejam tendencialmente auto-sustentáveis, bem como proporcionar novas oportunidades de negócio significativas para o tecido empresarial português de forte natureza exportadora;
- Projeção europeia e internacional do projeto para potenciar a sua replicação e aplicação generalizada, e reforçar o potencial de exportação de soluções comercializadas por entidades nacionais.

O cariz inovador deste projeto e a contribuição das entidades envolvidas pode permitir que as empresas parceiras do projeto possam desenvolver produtos e serviços de elevado valor acrescentado passíveis de ser aplicadas noutras soluções e mercados. Foi dado especial ênfase ao potencial de exportação do sistema a desenvolver e testar neste projeto.

O investimento global previsto foi na ordem dos 7,8 milhões de euros, dos quais cerca de 6,1 milhões a financiar por fundos comunitários.



Inicialmente, o “Corvo Sustentável” contou com a parceria de uma dezena de empresas e organismos. No presente está apenas a cargo do Governo dos Açores e do Município do Corvo.

Da totalidade de objetivos propostos, a situação atual é:

- A primeira fase está concluída. Consistiu na instalação de painéis solares na parte nova da vila;
- A segunda fase consistiu na instalação de vários equipamentos diferenciados na parte antiga da vila: bombas de calor termo dinâmicas e painéis solares e instalação de ponto de abastecimento para viaturas elétricas.

Na atualidade, este projeto pretende ser para o Governo dos Açores exemplo a desenvolver em outras ilhas, fomentando o recurso a soluções inovadoras para tornar o arquipélago energeticamente eficiente.

A parceria entre o Governo dos Açores e o Município do Corvo permitiu a substituição de equipamentos de produção de águas quentes sanitárias tradicionais, com recurso a gás butano, por equipamentos energeticamente mais eficientes.

É possível verificar que houve diminuição de cerca de 50% no consumo energético na ilha. Conseguiram-se poupanças significativas nos custos de transporte de gás butano. Os consumidores viram a sua fatura energética diminuir significativamente porque se passou a produzir energia com base em fontes renováveis para autoconsumo.

O projeto ‘Corvo Sustentável’ permitiu que nesta ilha haja diminuição da dependência externa relativamente aos combustíveis fósseis, reduzindo as emissões de dióxido de carbono e permitindo o aumento da autossuficiência energética.

O Governo Regional está empenhado em estudar a possibilidade de replicar o âmbito deste projeto em outras ilhas do ponto de vista técnico e económico e ambiental e no sentido de aumentar de forma inovadora a autossuficiência energética do arquipélago e de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos Açores.



REDE RURAL NACIONAL
www.rederural.gov.pt



INOVAÇÃO PARA A AGRICULTURA
inovacao.rederural.gov.pt



PLATAFORMA NACIONAL ALIMENTE QUEM O ALIMENTA
www.alimentequemoalimenta.pt



Alimente quem o alimenta.

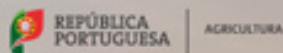
Este é o mote da campanha levada a cabo pelo Ministério da Agricultura.

Conheça a plataforma em www.alimentequemoalimenta.pt.

Se é produtor, aqui pode, de forma simples e rápida, efetuar o seu registo e anunciar os seus produtos e cabazes disponíveis para encomenda/entrega;

Se é consumidor, aqui pode, com conforto e segurança, pesquisar por Concelho e produto, identificar os produtores da sua região e encomendar o seu cabaz.

Por si, por nós, pela Agricultura e pelo País, vamos apostar no que é nosso e alimentar este projeto!



não paramos
ESTAMOS ON



Alimente quem o alimenta.



